



Universidade de Aveiro  
Ano 2012

Departamento de Ciências Sociais,  
Políticas e do Território

**ADRIANA ISABEL  
RODRIGUES  
GUIMARÃES ABREU**

**A arte e a cultura na transformação do território e  
do cidadão**



Universidade de Aveiro  
Ano 2012

Departamento de Ciências Sociais,  
Políticas e do Território

**ADRIANA ISABEL  
RODRIGUES  
GUIMARÃES ABREU**

**A arte e a cultura na transformação do território e  
do cidadão**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutor Paulo António dos Santos Silva, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à Maria Carolina.

**o júri**  
presidente

Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Doutor Paulo António dos Santos Silva  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

Doutor João António de Almeida Mota  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

## **agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador, Doutor Paulo António dos Santos Silva, pela sua disponibilidade em sugerir, discutir e criticar construtivamente os assuntos da presente investigação, assim como o seu apoio nas correções realizadas no final do trabalho.

Agradeço a todos os autores que nas suas investigações interligam as disciplinas do planeamento urbano com o mundo artístico e cultural, pois muito me ajudaram a ter algumas certezas da importância da investigação que levei a cabo.

Agradeço ao Diretor Artístico da Companhia Internacional de Teatro de Copenhaga, Trevor Davies, pelos seus contributos e informações que disponibilizou sobre o Festival Metropolis.

Agradeço à coordenadora do Projeto Bando à Parte - Culturas Juvenis, Arte e Inserção Social, Cláudia Pato de Carvalho, pelos contributos e informações que prontamente disponibilizou sobre o projeto.

Agradeço ao Professor António Nuno Rosmaninho Rolo pela sua disponibilidade e pelos seus conselhos na fase inicial da investigação.

E, por último, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

**palavras-chave** Participação dos cidadãos, regeneração urbana, arte e cultura.

**resumo** A participação dos cidadãos no governo das cidades é um tema em discussão desde a antiguidade Grega. No atual contexto das políticas públicas, a participação dos cidadãos tem sido debatida e questionada de diversas formas. Ao nível da regeneração urbana, o princípio da participação de todos os cidadãos interessados, tem sido assegurado através da criação de parcerias. Contudo, nos programas de regeneração urbana, são patentes problemas relacionados com a eficiência da participação dos cidadãos, devido entre outros fatores, à insuficiente capacitação da população (*citizen empowerment*). Como possível resolução para estes problemas, a presente investigação tem por objetivo explorar as atividades artísticas e culturais através da análise de três exemplos práticos que interligam a arte e a cultura na promoção da participação dos cidadãos em prol da regeneração urbana.

**keywords**

Citizens participation, urban regeneration, art and culture.

**abstract**

The citizen participation in city governance is a theme discussed since the ancient Greece. In the current context of public politics, the citizen participation has been debated and questioned in several ways. In the field of public policy, the urban regeneration has the principle to ensure participation of all stakeholders with legitimate interest in the regeneration, which may be achieved, for example, by creating partnerships. However in urban regeneration programs, the problems related with the effectiveness of citizen participation process are influenced by many factors, including the lack of citizen empowerment. As a contribution for the resolution of these problems, the research aims to explore three real examples that link the art and culture to promote citizen participation and contribute to the urban regeneration.



Fonte: <http://www.telegraph.co.uk/>.

“The value of culture cannot be expressed only with statistics. Audience numbers give us a poor picture of how culture enriches us”. Holden, J. (2004)



## Índice:

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
1.1	Enquadramento do trabalho de investigação.....	11
1.2	Formulação do problema de investigação .....	13
1.3	Objetivos .....	14
1.4	Metodologia .....	15
1.5	Organização do estudo.....	16
<b>2</b>	<b>A participação dos cidadãos.....</b>	<b>17</b>
2.1	Contexto histórico.....	17
2.2	Os desafios da governança territorial.....	20
2.3	Formas de governança territorial .....	25
2.4	A participação dos cidadãos – abordagens .....	29
2.5	Síntese do Capítulo 2 .....	36
<b>3</b>	<b>A regeneração urbana.....</b>	<b>37</b>
3.1	A regeneração urbana – uma alavanca para a mobilização.....	37
3.2	A regeneração urbana – algumas realidades.....	39
3.2.1	Características.....	39
3.2.2	Boas práticas/fatores de sucesso .....	41
3.3	Síntese do capítulo 3 .....	48
<b>4</b>	<b>O papel da arte e da cultura na regeneração urbana .....</b>	<b>49</b>
4.1	Enquadramento .....	49
4.2	Características e benefícios.....	53
4.3	A valor da cultura para o planeamento .....	55
4.4	Síntese do capítulo 4 .....	62
<b>5</b>	<b>Exemplos práticos .....</b>	<b>63</b>
5.1	Festival Metropolis (Copenhaga, Dinamarca) .....	64
5.1.1	Enquadramento .....	64
5.1.2	Descrição.....	65
5.1.3	Objetivos e estratégias .....	66
5.1.4	Projetos/atividades .....	67
5.2	Programa <i>Nuovi Committenti</i> (Torino, Itália) .....	72
5.2.1	Enquadramento .....	72
5.2.2	Descrição.....	73
5.2.3	Objetivos e estratégias .....	73
5.2.4	Projeto/atividades .....	75
5.3	Projeto Bando à Parte: Culturas Juvenis, Arte e Inserção Social (Coimbra, Portugal).....	76
5.3.1	Enquadramento .....	76
5.3.2	Descrição.....	76

5.3.3	Objetivos e estratégias .....	77
5.3.4	Projetos/atividades .....	78
5.4	Discussão dos resultados .....	79
<b>6</b>	<b>Conclusões e recomendações .....</b>	<b>81</b>
<b>7</b>	<b>Bibliografia.....</b>	<b>91</b>

## Índice de tabelas e figuras:

Tabela 1.	Síntese dos aspetos positivos e negativos da participação dos cidadãos. ..	35
Tabela 2.	Caraterísticas positivas e negativas dos ciclos de aprendizagem e adaptação no envolvimento da população em processos de regeneração urbana. ....	45
Tabela 3.	Evolução principais abordagens sobre a emergência da cultura no âmbito do planeamento da cidade/regeneração urbana. ....	51
Tabela 4.	Matriz de apoio à análise dos exemplos práticos. ....	63
Tabela 5.	Vantagens e desvantagens de cada um dos exemplos práticos. ....	80
Tabela 6.	Limitações/obstáculos dos processos de participação dos cidadãos.....	81
Tabela 7.	Vantagens dos processos de participação dos cidadãos. ....	83
Tabela 8.	Fatores que determinam a criação de novas formas de participação (oportunidades).....	84
Tabela 9.	Contributos das artes e da cultura.....	85
Tabela 10.	Recomendações. ....	86
Figura 1.	Metodologia da investigação.....	15
Figura 2.	Política de Cidades Polis XXI: configuração geral.....	27
Figura 3.	Fatores de sucesso na participação dos cidadãos no âmbito da regeneração urbana. ....	47
Figura 4.	Dia da escultura em família (realização anual).....	60
Figura 5.	Performance realizada no âmbito do Festival Metropolis. ....	65
Figura 6.	Art Street Gallery. ....	67
Figura 7.	The Invisible Reality Show. ....	69
Figura 8.	Rua de Strandboulevarden durante a experiência temporária.....	70
Figura 9.	Rua de Strandboulevarden. ....	71
Figura 10.	Totipotent Architecture; Multiplayer; Aiuola Transatlantico; Massimo Bartolini's Laboratorio di Storia e Storie.....	75
Figura 11.	Projeto Bando à Parte.....	76
Figura 12.	Interchanging Art Worlds.....	78

# 1 Introdução

## 1.1 Enquadramento do trabalho de investigação

A presente investigação trata a problemática da participação dos cidadãos em processos de regeneração urbana. Problemática esta que se tem vindo a afirmar progressivamente em Portugal, e que em muito contribuiu a Política de Cidades POLIS XXI, apresentada em abril de 2007, pelo XVII Governo Constitucional Português, no domínio da política nacional de desenvolvimento urbano. Segundo Chamusca (2010: 51), o programa POLIS XXI, ao associar-se aos princípios de governança obrigou à adoção de novas formas de governança baseadas numa maior participação dos cidadãos e envolvimento dos atores urbanos. A regeneração urbana é, precisamente, um dos principais eixos de intervenção para a execução desta Política, que conta com dois grandes instrumentos: por um lado, as parcerias para a regeneração urbana (doravante, PRU) e, por outro, as ações inovadoras para o desenvolvimento urbano. O nosso trabalho de investigação aborda, precisamente, o primeiro instrumento referido (as PRU), pelo que se justifica que se lhe atribua um destaque particular. Em relação aos processos ou programas de regeneração urbana apoiados por este instrumento de política, estes têm de assegurar não só a integração de parcerias, como também o envolvimento das populações locais na preparação do programa de ação e na sua implementação. Sobre este instrumento é necessário referir que foi estabelecido a 16 de Junho de 2011 por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente a revogação dos regulamentos específicos do “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” e “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação” dando lugar ao novo regulamento específico da Reabilitação Urbana (Ministério da Economia, 2011). Neste novo regulamento as parcerias não têm lugar tal como não o tem o planeamento urbano participado.

Apesar desta situação, em Portugal foram desenvolvidos diversos projetos no âmbito do instrumento PRU, e até mesmo na situação atual, o envolvimento das populações nos projetos urbanos continua a ser um assunto de muita importância, como se poderá constatar.

O Comité das Regiões sobre «O papel da regeneração urbana para o futuro do desenvolvimento urbano na Europa» (2010) refere “que os programas de regeneração urbana devem sempre envolver os sectores público e privado e associações não

lucrativas e colocar as comunidades locais no centro de tais parcerias.” (sublinhado nosso).

Daí que seja premente interessarmo-nos pela seguinte questão: os processos de regeneração urbana têm, de algum modo, atingido níveis de participação genuínos e eficazes? Afinal, “a participação dos cidadãos não deve ser só um mero requisito burocrático que se cumpre no final dos processos” (Ferrão, 2010 in Mota, 2010<sup>1</sup>), sendo essencial desenvolver “mecanismos de escrutínio público à forma como os processos das PRU’s estão a ser conduzidos”.

É neste contexto que assoma o nosso projeto investigativo e a seguinte questão de investigação: até que ponto pode a participação cívica, através de uma modalidade específica, fomentar o escrutínio dos processos de regeneração urbana? Para procurar responder a esta pergunta, a arte e a cultura foram as modalidades escolhidas.

A inclusão da arte e da cultura nos processos de participação teve início na Grã-Bretanha, nos finais dos anos 80, após se ter encontrado quer algumas limitações na sua abordagem até aí muito voltada para o crescimento económico, quer algumas vantagens em prol da revitalização social. Estava assim reconhecido o papel das atividades artísticas e culturais não só na dimensão física/urbana e económica da regeneração, mas também na dimensão social com a criação de condições para indivíduos e comunidades ganharem autoconfiança e se revigorarem (Landry *et al.*, 1996: 23).

A política urbana tem visto a cultura como um instrumento de regeneração e de desenvolvimento económico e social das comunidades e territórios. Os programas de regeneração urbana orientados para a valorização dos recursos culturais têm-se multiplicado, no entanto questiona-se o seguinte:

“...o que vale a atividade cultural para as cidades contemporâneas ...”? ...e de que forma “...a cultura, associada ...às políticas de planeamento urbano, tem vindo a concorrer para a reordenação do espaço e da vida económica e social das cidades?”  
(Ferreira, 2010).

É no sentido de poder contribuir para a resposta a estas perguntas que o presente trabalho de investigação dirige a sua atenção. É essencial compreender o valor da arte e da cultura e o seu lugar na missão de aproximar e envolver o cidadão nos programas de regeneração urbana.

---

<sup>1</sup> <http://amigosdavenida.blogs.sapo.pt/479816.html>.

## 1.2 Formulação do problema de investigação

A participação dos cidadãos, no contexto das políticas públicas, tem sido um assunto debatido e problematizado de diversas formas. É considerado um tema importante e necessário, nomeadamente, ao nível da legitimação dos processos de tomada de decisão, contudo, apresenta dificuldades de aplicação devido à complexidade inerente ao seu exercício. Na realidade portuguesa, o exercício de participação é ainda muito incipiente quando comparado com outras realidades no contexto europeu. Este problema tem por base, a dificuldade em fazer convergir interesses e em criar mecanismos de participação capazes de uma verdadeira inclusão social. Como meio de combater estes constrangimentos é necessário apostar nos recursos locais, nomeadamente no capital social (Jacinto, 2005). Assim sendo, é necessário investigar métodos que privilegiem o trabalho em colaboração e parceria. Posto isto, o nosso problema de investigação consiste na insuficiente capacidade de mobilizar os cidadãos através da utilização de métodos e metodologias tradicionais de planeamento, dificultando o alcance de um genuíno e efetivo processo de participação, sendo necessário apostar em novas formas de participação no sentido de complementar as já existentes.

Os problemas relativos aos processos de participação foram explorados em 1969 por Arnstein. A autora elabora uma crítica ao modo como se aceita a “participação” como sendo uma “coisa boa”, e procura compreender o que se pode entender por “participação dos cidadãos”. Como principais ideias, Arnstein defende que este conceito procura, para além de envolver as pessoas nos processos de tomada de decisão, criar a oportunidade de redistribuir o poder pelas pessoas (*redistribution of the power*). Outras investigações foram produzidas, concluindo-se que, apesar de se acentuar a questão da capacitação cívica (*civic empowerment*), as pessoas raramente são consideradas ao mesmo nível que os políticos e profissionais, ou seja, não são tratadas como iguais. O tema da participação, nas investigações produzidas, reflete essencialmente três aspetos: o acesso, a representatividade e o poder. Estes assuntos continuam a ter importância no campo da investigação, tal como a falta de capacitação da população que continua, na prática, a não estar presente, num processo que em teoria revela ser absolutamente crucial desenvolver as capacidades da população para o sucesso da participação (Dargan, 2009). Pode daqui concluir-se que urge investigar meios que beneficiem o processo da participação e capacitação dos cidadãos. Quanto aos meios necessários à melhoria dos processos participativos, segundo Queirós (2007) “as atividades culturais surgem como uma nova oportunidade de participação no jogo da competição interurbana.” Assim sendo formula-se a

seguinte pergunta de investigação: até que ponto pode a participação cívica, através da arte e da cultura, fomentar o escrutínio dos processos de regeneração urbana?

### **1.3 Objetivos**

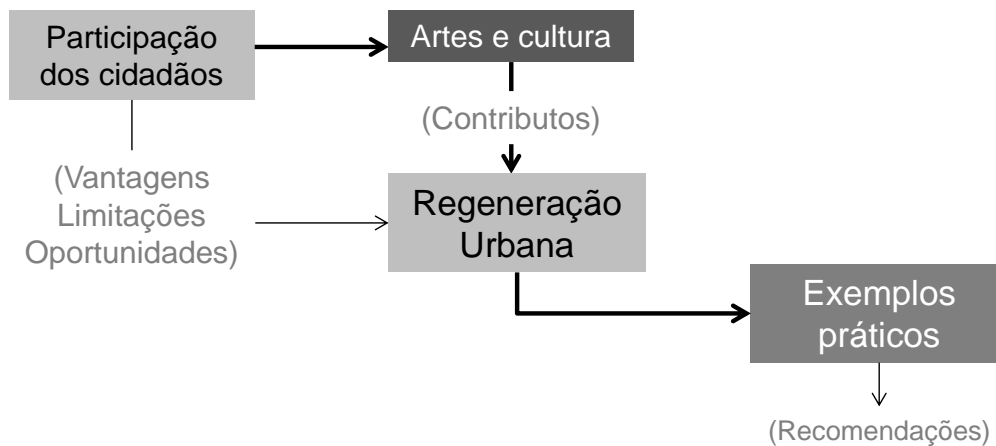
Tem-se como objetivo capital analisar a temática da participação dos cidadãos, nomeadamente a sua evolução e importância no âmbito da regeneração urbana e analisar o papel da arte e cultura neste contexto.

Como objetivos específicos, consideram-se os seguintes:

- O1. Identificar vantagens e limitações no processo de participação dos cidadãos, quer no âmbito do processo de planeamento quer no âmbito do processo de regeneração urbana;
- O2. Compreender o que determina a necessidade de (re) inventar novos métodos de participação;
- O3. Identificar o contributo que as artes e cultura podem trazer ao processo de participação;
- O4. Propor soluções que visem contribuir para o sucesso dos processos participativos.

## 1.4 Metodologia

Para o cumprimento dos objetivos, apresenta-se a seguinte metodologia de trabalho:



**Figura 1. Metodologia da investigação.**

Na primeira parte da investigação analisa-se o papel da participação dos cidadãos no governo das cidades, e em específico, em contexto de regeneração urbana. De seguida analisam-se os domínios das artes e da cultura nomeadamente na capacidade de potenciarem a participação dos cidadãos em prol da regeneração urbana. Ambas as análises são apoiadas por abordagens teóricas e contextos práticos. Os contextos práticos analisados servem para verificar como se tem produzido investigação neste área assim como analisar, a partir destas iniciativas, os pontos fortes e áreas de melhoria da utilização das artes e da cultura como metodologia de participação. Por último, são analisados três exemplos práticos, de forma mais detalhada, no sentido de se tirar conclusões acerca do papel das artes e da cultura na promoção da participação dos cidadãos em contexto de regeneração urbana.

## **1.5 Organização do estudo**

A presente investigação está organizada em 4 capítulos:

### **Capítulo 1. A participação dos cidadãos**

Neste capítulo pretende-se, numa primeira fase, fazer um breve enquadramento em termos históricos, sobre a participação dos cidadãos no processo de governar a cidade desde o período da antiga Grécia até aos dias de hoje. Após esta análise, parte-se para a contextualização da participação dos cidadãos no âmbito da 'governança territorial' que emerge nos finais do século XX. No final analisam-se algumas abordagens ao conceito de participação dos cidadãos.

### **Capítulo 2. A regeneração urbana**

De seguida analisa-se a atual política urbana, nomeadamente, a Política de Cidades Polis XXI assim como o instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana na sua componente de promoção da participação/envolvimento da população. Por último são analisados alguns contextos práticos de projetos de regeneração urbana no sentido de tirar conclusões acerca do tipo de iniciativas que são lançadas para promover a participação dos cidadãos, procurando perceber o seu modo de avaliação e a sua real utilidade face aos resultados alcançados.

### **Capítulo 3. O papel da arte e da cultura na regeneração urbana**

Neste capítulo pretende-se analisar a influência das atividades culturais e artísticas na regeneração urbana. A partir da análise de alguns casos práticos, destacam-se algumas características destas atividades com os cidadãos e o espaço urbano.

### **Capítulo 4. Exemplos práticos**

Neste capítulo serão analisados de uma forma mais detalhada, três exemplos práticos que aplicam as atividades culturais e artísticas para promover a participação dos cidadãos nos projetos de regeneração urbana/desenvolvimento urbano:

- Festival Metropolis - Copenhaga (Dinamarca);
- Programa Nuovi Committenti – Torino (Itália);
- Projeto Bando à Parte – Coimbra (Portugal).



## 2 A participação dos cidadãos

Nesta etapa do trabalho pretende-se aprofundar, através de uma análise teórica, a problemática da presente investigação.

### 2.1 Contexto histórico

“ [...] o cidadão virtuoso precisa ter conhecimento e a habilidade tanto de governar quanto de ser governado. É isso que entendemos por virtude de um cidadão – entender o governo de homens livres por homens livres”. “Aristóteles<sup>2</sup>, Política, Livro III, 4, 17” (in Filho, 2009: 28)

Aristóteles, um dos mais importantes historiadores gregos, escreveu sobre quase todas as áreas do conhecimento, incluindo a área da Política. Nesta área, desenvolveu os seus conceitos de cidade e cidadão, diferenciando homem de cidadão. Segundo Aristóteles, é a este último que cabe o direito de exercer política, excluindo desta categoria mulheres, escravos, crianças e residentes estrangeiros, ou seja, a ideia de cidadão é restringida a todos os indivíduos do género masculino de um determinado território. Ora, os cidadãos eram assim uma pequena minoria da sociedade ateniense que participavam na vida política e nas magistraturas. No sentido de melhor compreender Aristóteles, é necessário ter em conta as rivalidades exercidas entre as cidades gregas. A independência de uma cidade era vital para o modo de vida dos gregos, onde era necessário assegurar a participação dos cidadãos na vida política por meio da proximidade e conhecimento mútuo (Marques, R.<sup>3</sup>). “O regime ateniense tinha na busca da igualdade um traço fundamental, talvez mesmo o mais saliente”, embora os “cidadãos” correspondessem a 10-15% da totalidade da população (Ferreira, 1989).

O regime do governo democrático surgiu em Atenas, na Grécia, tendo aqui atingido o seu apogeu (Ferreira, 1989). A cidade, correspondendo a um sistema de relações sociais, originou o desenvolvimento de um conjunto de regras sociais das mais simples às mais complexas. A criação de dois dos mais importantes sistemas políticos e sociais, - o direito e a democracia -, está estreitamente relacionada com as relações sociais estabelecidas na cidade.

A política, palavra de etimologia grega, provém de “pólis” e refere-se ao “espaço formado por aqueles que participam do “governo das cidades”, sendo este espaço

---

<sup>2</sup> Grande teórico do urbanismo da Grécia antiga (Harouel, 1990).

<sup>3</sup>[http://www.eses.pt/usi/ramiro/docs/etica\\_pedagogia/e\\_book\\_ensaios\\_aristoteles/Cap%206\\_O%20conceito%20de%20cidad%C3%A3o%20em%20Arist%C3%B3teles.pdf](http://www.eses.pt/usi/ramiro/docs/etica_pedagogia/e_book_ensaios_aristoteles/Cap%206_O%20conceito%20de%20cidad%C3%A3o%20em%20Arist%C3%B3teles.pdf).

formado não só pelas relações do governo como pela “ação dos cidadãos” os quais exercem “poder e força de decisão na cidade”. Na cidade grega, o poder dos governantes estava intimamente relacionado com a “intensidade da participação popular”. Assim sendo, a política incluiria nas suas regras de boa conduta, o relacionamento social e a participação dos cidadãos. Quanto ao “direito”, este consistia, na antiguidade clássica, num fenómeno também “vinculado à participação dos cidadãos” (Filho, 2009).

”Os cidadãos atenienses que decidiram ir para a guerra, isto é, decidiram garantir a capacidade de cada cidadão livremente participar na decisão sobre o destino coletivo da cidade, entenderam que participar no governo da cidade, isto é, ser cidadão, é um valor inestimável, e, sendo um valor inestimável para a vida da cidade, têm o dever de o defender, se necessário com a própria vida” (Garcia, 2011).

Nas cidades da Grécia clássica a realização de grandes obras de urbanismo era decidida pelos cidadãos. Contudo, para a execução das obras era nomeado um arquiteto que ficava responsável por tomar as decisões de carácter mais técnico e de controlar todas as etapas do projeto. Era ainda responsável, nas assembleias, pelas questões administrativas e financeiras do projeto (Harouel, 1990). Nesta época a participação dos cidadãos no sistema de governo das cidades foi possível, contudo, como os cargos políticos não eram remunerados, apenas os mais ricos os podiam ocupar. Entretanto esta situação mudou, passando a remunerar-se os cargos políticos e deste modo mais gente se interessou por estes assuntos<sup>4</sup>.

Na Roma antiga, “a participação política é aclamada e configurada como um dever do cidadão, mais concretamente, o primeiro dos deveres que a moral social impõe aos homens” (Garcia, 2011). O “cidadão era aquele que estava integrado na vida política da cidade” (Morera, 2005). Nesta época a participação dos cidadãos ocorreu por meio da representação e da consulta, sendo que, neste caso, foram reguladas as condições de participação (Filho, 2009). A participação do cidadão romano na administração e no governo variava com a época<sup>5</sup> (Coulanges, 2009 in Melo *et al.*, 2011), sendo a maior parte das vezes exercida por uma minoria.

Nos tempos greco-romanos os sistemas de governo dispunham de momentos de participação, apesar de nem sempre serem acessíveis a todos os cidadãos (Teixeira, 2008: 6), pois “compreendia apenas uma parte dos homens daquela época” (Morera, 2005).

---

<sup>4</sup> Nascimento da Democracia na Grécia Antiga. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-08-23]. Disponível na [www: <URL: http://www.infopedia.pt/\\$nascimento-da-democracia-na-grecia-antiga>](http://www.infopedia.pt/$nascimento-da-democracia-na-grecia-antiga).

<sup>5</sup> [http://processo\\_esecuzione.diritto.it/docs/31577-a-participa-o-do-cidad-o-no-processo-administrativo-coroel-rio-do-estado-democr-tico-de-direito#](http://processo_esecuzione.diritto.it/docs/31577-a-participa-o-do-cidad-o-no-processo-administrativo-coroel-rio-do-estado-democr-tico-de-direito#).

Quanto ao período medieval (séculos V a XV), a autoridade estatal foi transferida para a religiosa. Nesse período todos os cidadãos tinham igual poder, e, embora nem todos participassem na gestão da cidade, todos tinham permissão para dar a sua opinião. No entanto, foram geradas grandes revoltas populares pois a participação era creditada apenas ao clero e aos nobres (Carvalho, 2008 in Melo *et al.*, 2011).

Com a rutura da era medieval surge o Renascimento. Esta época surge com o declínio da influência católica e com a ascensão dos comerciantes que passam a financiar as artes e a cultura, isto é, as produções dos artistas que por sua vez retratam ideias de liberdade e humanismo<sup>6</sup>. “Há um florescimento do pensamento e das artes, com uma nova ênfase no indivíduo e nas suas necessidades” (Ritt, 2007).

Creighton (2005) refere que, na época renascentista, na cidade de Florença (Itália), a população foi consultada antes da execução da construção de umas galerias pluviais subterrâneas na cidade (Guzzi, 2006). Na época do renascimento nasce também o conceito de nacionalidade, que começou por significar os laços estabelecidos entre uma comunidade que se identifica culturalmente (Garcia, 2011). A eclosão de governos populares começou com o fim da idade média e o início do renascimento. “Entre os séculos XIV e XVI, no período Renascentista, em Florença e Salamanca, a natureza da participação de um cidadão passava necessariamente pela participação nas e das descobertas.” (Campos, 2005).

Com o fim da idade média e o início da época renascentista desenvolveu-se um poder estatal de carácter individualista em defesa dos seus privilégios, que se acentuou na revolução industrial e na era moderna. Nesta última era, surge o urbanismo modernista que, pelo uso autoritário do poder como forma de mitigar o conflito, confina a participação dos cidadãos. O planeamento urbano surge como disciplina e instrumento do urbanismo modernista que, em muitos casos se revelou eficaz, embora o Estado tenha passado a governar a cidade sem ter em conta a opinião dos cidadãos (Filho, 2009). O planeamento urbano subentendia “o controlo social do desenvolvimento” (Bastos, 2002).

Com a crise da modernidade, as disciplinas de urbanismo e de direito aproximaram-se dando origem a novas leis que serviram de instrumentos para aproximar os cidadãos ao poder e ao governo das cidades. Nos tempos pós-modernistas, na tentativa de incluir todos os atores sociais na política, ocorrem situações contraditórias que alternam entre reivindicações e conformismo, vontade de participar e alienação. Neste contexto o planeamento urbano torna-se vulnerável por não operar em condições não

---

<sup>6</sup> [http://www.inmidiabrasil.com.br/brasiliamix/dombosco/admin/arquivos/apostila\\_filo.pdf](http://www.inmidiabrasil.com.br/brasiliamix/dombosco/admin/arquivos/apostila_filo.pdf).

previstas. Assim sendo, desenvolve-se novas medidas que regulam as tensões geradas pela participação e reivindicação das populações. Contudo, pela velocidade com que a informação é acedida que “sobrecarrega o homem de necessidades imediatas” este é afastado da política e do Estado (Filho, 2009). Atualmente um dos parâmetros incluídos no processo da governança do território consiste em encontrar novas formas de participação.

Com esta breve contextualização sobre a participação dos cidadãos desde a Antiguidade Grega até aos dias de hoje, pode-se afirmar que esta temática foi sempre abordada no sistema de governo das cidades, contudo, verificando-se diferenças no modo como foi encarada durante estes anos. A participação dos cidadãos tem sido sempre confinada a uma minoria, até que, nos dias de hoje, parece ser imperativo criar mecanismos que aproximem todos os cidadãos ao governo do território.

## **2.2 Os desafios da governança territorial**

*“Citizen participation and urban regeneration are key mainstreaming issues in the agenda of the European Union for the next Cohesion Policy period 2007-2013.”*

European Union Knowledge Network<sup>7</sup>

A cultura de participação em prol da eficiência da atividade pública começou nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80 do século XX. Os seus benefícios encontram-se já em diversos trabalhos de investigação (Boateng *et al.*, 2008). Muitos países desencadearam reformas administrativas que favoreceram o envolvimento de atores e da população em geral. Trata-se de uma alteração do papel do Estado que passa a valorizar as relações com o capital social do território (Ferrão, 2010).

A convicção da necessidade de conduzir o processo de governar a cidade por via da ação coletiva traz, contudo, dificuldades de várias ordens, sobretudo pela diversidade e a complexidade de informação com que a sociedade se depara assim como a crescente divergência de interesses. Existe ainda um outro problema que consiste no reconhecimento da pouca eficiência dos métodos de participação formais para a execução das ações de planeamento (Ferrão, 2010). Gomes (2007) refere que os métodos legais de participação pública não funcionam, ou seja, não se atinge “um grau de genuína participação no planeamento”, considerando ser necessário introduzir mudanças ao nível do papel das comunidades, dos processos e métodos de planeamento, do papel das autoridades locais e dos planeadores. O mesmo é citado

---

7

[http://www.eukn.org/E\\_library/Urban\\_Environment/Urban\\_Environment/European\\_Local\\_Regeneration\\_Forums\\_Exchange\\_citizen\\_participation\\_and\\_urban\\_regeneration](http://www.eukn.org/E_library/Urban_Environment/Urban_Environment/European_Local_Regeneration_Forums_Exchange_citizen_participation_and_urban_regeneration).

por Crespo (2004), referindo que os mecanismos formais de participação não são suficientes para garantir a integração dos interesses da população, apelando para a necessidade de se motivar a população a participar nos assuntos públicos.

Deste modo, perante Jouve (2004) perspectiva-se o aprofundar de novas formas de participação e de corresponsabilização de todos os envolvidos inclusive da sociedade civil (in Seixas, 2008). De acordo com estudos desenvolvidos sobre a evolução das cidades europeias, a questão da cidadania parece ser uma preocupação importante para o processo de governar as cidades. No entanto, tal como se referiu anteriormente, existem obstáculos à prática de governar as cidades em estreita colaboração com a sociedade civil, devido, por um lado, ao distanciamento entre o cidadão e o poder, e por outro lado, à pouca abertura das autoridades públicas perante a criação de espaços de reflexão e decisão, comprometendo, deste modo, o desenvolvimento do capital cultural e social do território (Seixas, 2008). Segundo Pereira (2008), existe também “o lado negro do capital social”, ou seja, ao pretender-se fomentar os laços entre uma comunidade poder-se-á estar a criar o aumento de comportamentos prejudiciais, afetando a coesão social.

No sentido de combater estes problemas, Subirats (2003, p.7-9) refere a necessidade de “... construir formas de ação coletiva e formas de gestão institucional que possam reconhecer a riqueza cultural, humana e relacional da vida social, para que se acabem valorizando, e gerando responsabilidades mais claras sobre os problemas coletivos” (in Seixas, 2008). A participação no processo de planeamento pretende caminhar no sentido de “aproximar os (legítimos) anseios das populações aos centros de decisão” (Seixas, 2008). É assim necessário, por um lado, apostar na formação cívica para que se concretize o principal objetivo da participação que consiste em aproximar os cidadãos às instituições do Estado por forma a integrar as opiniões antes das decisões serem tomadas, e por outro lado, potenciar o papel dos recursos locais nomeadamente redes e associações como forma de impulsionar a participação ativa da população no desenvolvimento do território (Jacinto, 2005). Segundo Seixas (2008: 9), nos últimos anos, procuraram-se desenvolver ações com características inovadoras para resolver os problemas e desafios dos territórios, nomeadamente processos com a vertente do envolvimento cívico e da corresponsabilização.

No debate em torno do tema da governança, componente essencial ao planeamento territorial (Correia, 2005), assiste-se ao enraizar da convicção de se apostar em “soluções participativas”, apelando-se a modos de participação colaborativos e mais a montante do processo. O envolvimento de atores e o uso de metodologias de participação “mais descentralizadas” procuram representar a diversidade e

complexidade da sociedade atual e complementar a democracia representativa (Ferrão, 2010). Este novo estilo de governar é urgente, por um lado, pela necessidade de maior desenvolvimento económico, e por outro lado, pela procura da preservação das identidades culturais, sociais e ambientais (Caaffe, Healy, 2003, in Pereira, 2008). Quanto ao modo de envolvimento dos atores, estes associam-se em rede (parcerias) procurando beneficiar-se quer individual quer coletivamente, tendo em conta os interesses comuns e a partilha de conhecimento (Pereira, 2008).

O Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP)<sup>8</sup> analisa o tema da “governança territorial” num relatório com o título “Governança Territorial e Inovação das Políticas Públicas” desenvolvido por Feio e Chorincas em 2009. Neste relatório, os seus autores baseiam-se em Davoudi *et al.* (2008) e Reis (2007) para concluir que a “governança territorial” consiste na “capacidade de os atores públicos e privados de um determinado território conseguirem” criar consenso e distribuir responsabilidade entre eles para atingir as metas e objetivos e definir uma visão partilhada de longo prazo para o território. Tendo em conta esta definição são impostos desafios relacionados com “a obtenção de mecanismos de cooperação/coordenação” entre os “níveis de governo”, “políticas sectoriais” e entre “organizações governamentais, organizações não-governamentais e cidadãos”. Sobre a governança territorial, é referida ainda a importância de se criarem condições para o desenvolvimento de recursos locais que não se podem mover (o saber-fazer especializado, o trabalho das instituições, o meio social, etc.) que contribuem para a criação de um território mais competitivo. No que respeita à dimensão da participação, o estudo da Rede Europeia de Observação sobre Coesão e Desenvolvimento Territorial (ESPON) intitulado “Governance of Territorial and Urban Policies from the EU to the Local Level” (2006), distingue dois tipos: a participação relacionada com as parcerias público-privadas e a “participação “difusa” “sendo aqui relevante a participação dos cidadãos” (in Feio e Chorincas, 2009: 144). A participação pode também ser distinguida entre uma “estratégia pedagógica de participação” ou uma “estratégia dialógica”, consoante o maior ou menor poder de decisão dado aos cidadãos. No que concerne à estratégia pedagógica da participação, esta é uma perspetiva que pretende essencialmente informar o público. A perspetiva estratégica dialógica integra “diferentes posições e objetivos” na construção da decisão final (Castro e Batel, 2007). Esta última é encarada como a melhor forma de resolver os problemas a nível local. Segundo Correia (2005:7) em Portugal, as limitações ao exercício de cidadania encontram exemplo no facto do “planeamento e ordenamento

---

<sup>8</sup> O Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais é o gabinete de planeamento, estratégia, avaliação e relações internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

do território ainda não ser, ... um fator determinante nas campanhas eleitorais para as eleições autárquicas, ao contrário do que acontece nos países do norte da Europa.”

A participação dos cidadãos encontra-se nas diretivas europeias e na Agenda 21 Local como parte integrante dos direitos dos cidadãos. A participação dos cidadãos parece ser uma “preocupação antiga” inscrita nos programas da União Europeia (EU) (iniciativa comunitária Urban lançada em 1994) e alguns programas de âmbito nacional como o lançamento dos projetos de apoio ao urbanismo comercial (Procom e o Urbcom) nos anos 90. Segundo Vázquez *et al.* (2008), com exceção das iniciativas Urban e IBC (Iniciativa Bairros Críticos) promovidas pela União Europeia, os Programas POLIS, EXPO’98, SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana) não salientaram a dimensão social da regeneração urbana, sendo a dimensão física sempre enfatizada.

Segundo Garcia (2006), citado por Chamusca (2010), o reconhecimento da participação como um dos princípios da governança oferece a todos os atores envolvidos a possibilidade de serem “agentes da mudança, reforçando a sua identidade com o espaço de pertença”. A integração da participação dá origem a estratégias transparentes, justas e eficazes. A aproximação entre atores torna o território mais atrativo permitindo o prolongamento dos efeitos das intervenções (Chamusca, 2010).

Segundo Gomes (2007) existe uma vontade clara por parte do Estado em abrir aos cidadãos a discussão sobre o processo de planeamento, contudo esta só está disponível nas fases mais a jusante do projeto, colocando dúvidas ao contributo da participação. A participação está ainda muito sob o controlo do Estado não permitindo aos cidadãos uma intervenção nos momentos de tomada de decisão. É necessário proceder a uma maior abertura dos processos pelas autoridades locais procurando, por um lado, informar e incentivar os cidadãos para que estes possam participar, e por outro lado, reconhecer e valorizar as opiniões e interesses dos cidadãos. Muitos autores defendem a necessidade de tornar o saber técnico-científico mais permeável ao público em geral, e do conhecimento do público ser integrado nos processos de decisão que os afetam (Castro e Batel, 2007). Segundo a Comissão Europeia (in Cidades do Futuro, 2011), o conhecimento do território “não pode ser unicamente transmitido pelos peritos, mas tem de ser compreendido e mesmo, por vezes, co-produzido por todos os interessados e implicados”.

Em Portugal, “... apesar das transformações recentes, constatamos a existência de um país marcado pela incapacidade dos municípios e pela fraca propensão do Estado

Central para a capacitação dos agentes privados e da comunidade para a construção partilhada de estratégias de desenvolvimento” (Fernandes, 2007; Chamusca 2009 in Chamusca 2010). A participação dos cidadãos parece existir, apenas para cumprir as regras do financiamento. Assim sendo, “esta ascensão da “participação” na política urbana está associada a hipotéticos benefícios em termos de qualidade, eficiência e sustentabilidade dos projetos, bem como na capacitação dos atores locais” (Chamusca 2010).

Na realidade portuguesa a participação é reconhecida por alguns autores como um assunto em que ainda não se conseguiu passar da teoria à prática. (Castro e Batel, 2007). O mesmo refere Jacinto (2005) de que, no que toca à realidade portuguesa, a participação pública não tem tradição como tem noutros países ocidentais. A organização de processos cívicos tornou-se mais simbólica do que real. Constatado por Brisotto (2010), a democracia, segundo os cidadãos portugueses, é a melhor forma de governo, apesar dos seus níveis de contentamento sobre esta forma de governo apresentarem-se baixos.

Segundo a Comissão Europeia, no documento “Cidades do Futuro” (2011), em que são expostas reflexões de peritos no domínio do urbanismo e de representantes das cidades europeias, identifica-se a necessidade de criação de “novas formas flexíveis de governança”. A cidade como “plataforma para a democracia” consiste em uma das visões partilhadas por estes peritos sobre a cidade europeia do futuro. Como principais oportunidades destaca-se a procura pela participação social e a valorização da diversidade a todos os níveis (social, cultural, económica). Como novas formas de governança, as cidades deverão adotar modelos que favoreçam a combinação entre abordagens nas pessoas e abordagens nos territórios, que promovam uma visão comum, que favoreçam o *empowerment* do cidadão e que utilizem o capital social do território de um modo inovador. A inovação social é um foco importante pela possibilidade de “alargar o espaço público”, incentivar “o envolvimento e a participação cívica, a criatividade, a inovação e a coesão”. É necessário ter em atenção a complementaridade que deve existir entre abordagens funcionais e abordagens culturais e sociais que incentivem a participação local. “O envolvimento dos *stakeholders* e dos cidadãos é essencial para se colocarem as questões pertinentes, para medir as coisas certas, facilitando assim a apropriação das estratégias e a mobilização do potencial endógeno” (Comissão Europeia, 2011).

Perante esta análise pode concluir-se que a participação dos cidadãos constitui um dos principais focos no âmbito da governança territorial. Existe, de facto, uma preocupação em incluir os cidadãos no processo de desenvolvimento urbano, contudo,



na realidade portuguesa existe o constrangimento de ainda não se ter atingido a participação necessária para saber os seus reais e concretos benefícios.

### **2.3 Formas de governança territorial**

As cidades portuguesas foram percecionadas, até finais dos anos 90, como espaços desqualificados e com uma qualidade de vida frágil (Mamede e Tavares, 2010).

Segundo Paulo Neto<sup>9</sup> (2012) somente nos últimos 30 anos, após a reorientação de Portugal para a Europa e “num contexto de abundância orçamental possível pelo apoio da Política de Coesão da União Europeia”, surgiu a prioridade de requalificar os espaços urbanos, revitalizar os centros históricos e regenerar os espaços desqualificados.

A desqualificação das cidades até ao final dos anos 90 pode ter como causa o facto da política de ordenamento do território não dispor até ao momento de “um instrumento legal regulador, não obstante os progressos resultantes de várias iniciativas legislativas, de que resultou um conjunto de instrumentos de planeamento e ordenamento do território”. Somente em 1998, através da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, o País passa a dispor da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Relatório do PNPOT, 2007).

No final dos anos 90, com o crescimento económico e com a reabilitação da zona oriental da cidade de Lisboa (para a Exposição Mundial de Lisboa – Expo’98) foi criado o caminho “para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do cidadão” que se tornou “mais exigente relativamente à qualidade do espaço que o rodeia.” (Pestana *et al.*, 2009: 1759). O Programa Polis, criado em 2000, veio assim reforçar o interesse da opinião pública pelo bem comum e pelo território (Pestana *et al.*, 2009: 1754). Um dos aspetos inovadores deste Programa consiste na “relevância dada à participação dos cidadãos e ao seu envolvimento no desenvolvimento dos projetos”. No âmbito deste programa, no sentido de apoiar e encorajar a participação, foram implementados postos de informação permanentes, realizadas ações de sensibilização e de esclarecimento, produzidos folhetos informativos e *spots* de rádio, e criadas comissões locais de acompanhamento. (Pestana *et al.*, 2009: 1766). Nas cidades de hoje, aos problemas urbanos clássicos somam-se desafios relativos ao desenho e à gestão da cidade. Fomentar a participação cívica é um dos princípios orientadores sugeridos por Pestana *et al.* (2009: 1773). Para isso o autor sublinha a

---

<sup>9</sup> Artigo de opinião disponível no blogue Cidades pela Retoma & Transição (<http://noeconomicrecoverywithoutcities.blogs.sapo.pt/95185.html>).

necessidade de aumentar a atratividade das cidades e melhorar infraestruturas e equipamentos. Quanto ao espaço público, é necessário “promover a valorização sociocultural por via da introdução de iniciativas efémeras de arte pública e artes performativas e encontrar espaços que potenciem a vida em comunidade. Quanto ao Programa Polis este definiu o caminho para o desenvolvimento de uma política de cidades, o Programa Polis XXI.

Lançado em 2007 pelo XVII Governo Constitucional Português, o Programa Polis XXI contribui para a “emergência de modelos inovadores de articulação entre os atores urbanos” (Monteiro, 2009). Esta política de desenvolvimento urbano assenta em quatro grandes dimensões de intervenção: (i) regeneração urbana, (ii) competitividade e diferenciação das cidades, (iii) integração cidade-região, e (iv) inovação nas soluções para os problemas urbanos (DGOTDU, 2011). Os seus objetivos integram-se com os inscritos na Estratégia de Lisboa (PNACE) e na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) (DGOTDU, 2011).

A Política de Cidades POLIS XXI visa ultrapassar as “debilidades do sistema urbano nacional e responder aos desafios cada vez mais complexos que se colocam às cidades portuguesas, tornando-as motores efetivos do desenvolvimento das regiões e do país.” (DGOTDU, 2011).

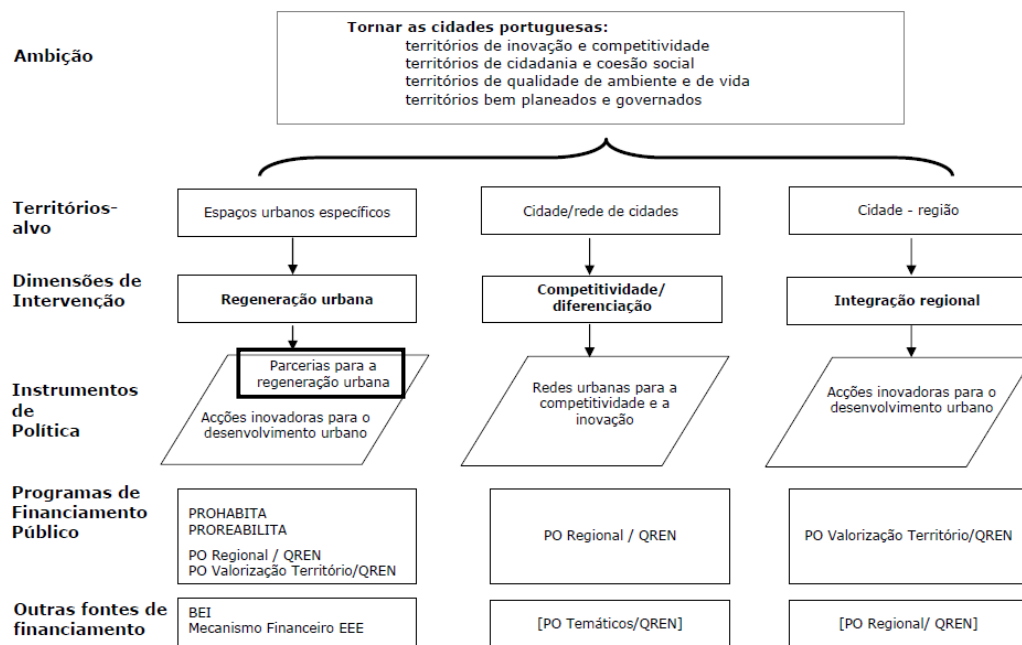
Segundo o documento “Governação Territorial e Inovação das Políticas Públicas” (Feio e Chorincas, 2009), o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional<sup>10</sup>) tem permitido desenvolver “políticas públicas territoriais” inovadoras marcadas pela dimensão institucional onde se inclui a importância do local, “a importância da participação da sociedade como protagonista do planeamento, da implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento” e a relevância das parcerias público-privadas.

No domínio do ordenamento e desenvolvimento do território, o QREN e os Programas Operacionais “constituem importantes instrumentos de política pública, fornecendo os principais recursos financeiros ao serviço dessas estratégias de desenvolvimento territorial e urbano” (DGOTDU, 2011).

O instrumento de política «Parcerias para a Regeneração Urbana» integra-se na Política de Cidades POLIS XXI (2007-2013) no domínio de intervenção da Regeneração Urbana (figura seguinte).

---

<sup>10</sup> O financiamento dos instrumentos de política da Política de Cidades Polis XXI é assegurado pelos Programas Operacionais Regionais do QREN.



**Figura 2. Política de Cidades Polis XXI: configuração geral.**

Fonte: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, POLÍTICA DE CIDADES POLIS XXI.

Segundo Ferrão (2010) as “parcerias para a regeneração urbana” constituem, dentro da Política de Cidades Polis XXI, o instrumento que possui “como elemento fundador a ideia de governança territorial”. (Ferrão, 2010).

Este instrumento pretende financiar programas de ação preparados e executados por parcerias locais com a liderança dos municípios. Os programas de ação devem de forma integrada dar resposta aos desafios da “qualificação do espaço público e do ambiente urbano, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural”. (Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, maio de 2008).

A criação de parcerias locais permite associar os projetos das diversas entidades com relevância para a qualidade do processo de regeneração urbana de um determinado território. Estas entidades podem ser empresas, associações, instituições de ensino, administração central, entre outras.

As áreas de intervenção do programa de ação podem corresponder à valorização de centros históricos, frentes ribeirinhas e marítimas, à qualificação das periferias urbanas e de outros espaços, à renovação das funções e usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados ou à requalificação e integração de bairros críticos.

O processo de candidatura dos programas de ação, ao instrumento de política «Parcerias para a Regeneração urbana», é submetido através do município com base

em parcerias locais. No processo de avaliação das candidaturas, realizado pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR<sup>11</sup>) os programas de ação são selecionados tendo em conta critérios como a qualidade do programa, a articulação com as políticas de desenvolvimento territorial, a qualidade da parceria e das estruturas propostas para a sua implementação. A abertura dos concursos é feita pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Aquando da aprovação dos programas de ação, um dos critérios de seleção, para além do grau de envolvimento das parcerias, consiste no grau de envolvimento das populações locais na preparação e implementação do programa de ação. Este último indicador, como veremos mais adiante, é motivo de algumas discussões que se prendem sobretudo com a sua operacionalização.

No âmbito deste instrumento, os programas de ação devem ser integrados, ou seja, devem contemplar as dimensões física, económica, social e cultural da regeneração urbana. “O carácter integrado do programa de ação tem de ser avaliado a partir das opções estratégicas para o desenvolvimento dessa área, tendo em conta a política municipal para o desenvolvimento urbano e a forma como a área é vista no contexto da cidade.” No que respeita à integração de uma parceria local, esta consiste numa estrutura que conceptualiza o instrumento de política Parcerias para a Regeneração Urbana. Esta exigência parte da necessidade de alargar as opções e as propostas de regeneração urbana e garantir a otimização dos resultados das ações implementadas (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional<sup>12</sup>).

As PRU's são claramente uma das estratégias de governança. São mecanismos através dos quais novas formas de saber se alinham com estratégias de responsabilização a nível individual, da comunidade e das organizações, no sentido de desenvolver formas de autocontrolo e de autogestão facilitando as mudanças institucionais e o governo da cidade (Lever, 2011).

As parcerias têm sido identificadas como sistemas onde se formaliza a cooperação, tendo como base a construção de propostas e conhecimento informal, relações de trabalho em cooperação, e a adoção mútua de planos entre um número de instituições (OECD, 1990; Hughes *et al.*, 1998; in Muir, 2003).

---

<sup>11</sup> As comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), “são serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa e financeira”. (Decreto-Lei n.º 228/2012 de 25 de Outubro).

<sup>12</sup> Disponível em:

<http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/seleccao%20de%20programas%20p%20regeneracao%20humana.pdf>.

Contudo, segundo apresenta Lever (2011), a estrutura «parcerias» não tem surtido efeitos na questão do envolvimento dos indivíduos, comunidade e organizações.

*“While urban regeneration partnerships have the potential to be the motor of the civilizing process..., they are not currently living up to this civilizing potential.”*

*“While such partnerships have the potential to be the motor of the civilizing process, ... this potential is currently being undermined by an institutional framework that hinders the ability of those working in partnership to make choices in a way that addresses the problems urban areas face.”*

Lever (2011) defende que as «parcerias» são o motor para a civilização, contudo este potencial tem sido restringido pelo quadro institucional que não incentiva o trabalho em parceria. O autor defende que as parcerias para a regeneração urbana servem para partilhar responsabilidades e assim facilitar a gestão das instituições:

*“They are mechanism through which new forms of expertise have been aligned with strategies of responsabilization in individuals, communities and organizations in order to develop the forms of self management thought necessary to facilitate institutional change and govern urban life effectively.”*

É assim perceptível a importância do envolvimento da comunidade no âmbito do instrumento parcerias para a regeneração urbana. Esta importância deve-se ao carácter integrador deste mecanismo assim como deriva da necessidade de se encontrarem modos de facilitar a gestão das instituições que governam a cidade. No entanto, mesmo na realidade do Reino Unido, país com uma vasta experiência neste domínio, a integração da comunidade ainda não surtiu o efeito desejável.

## **2.4 A participação dos cidadãos – abordagens**

Segundo Alves (2001) a investigação sobre a temática da participação pública realizada em Portugal ainda que pontual compõe-se de conteúdos relevantes para a abertura do debate à comunidade. Existem diversos autores que produziram investigação nesta temática contudo existe ainda uma lacuna quanto a análises realizadas sobre a operacionalização dos processos de participação pública (Alves, 2001, pp. 83).

A nível internacional, o debate está associado à “diversidade de contextos territoriais” e à “diversidade de situações” (Alves, 2001, pp. 83), isto é, pode discutir-se o tema de muitas formas o que por vezes torna confuso o esforço para a sua conceptualização (Alves, 2001, pp. 83).

Alves (2001, pp. 84) identifica outros fatores que sustentam a ambiguidade do conceito: as múltiplas designações (“participação pública”, “envolvimento público”, etc.), a terminologia estrangeira (“*stakeholders*”), os novos chavões (“governança territorial”) e a abrangência de significados:

- Uma relação entre o Estado e a sociedade com “uma certa distribuição de poder e influência” (McDade, 1998);
- A intervenção e inserção em órgãos diversos (Fernandes e Duarte, 1985);
- Uma medida da democracia, que se pode desdobrar em duas: “participação ativa” ou “participação passiva e dependente”, sendo esta última a mais frequente (Fernandes, 1997);
- Uma oportunidade concedida pela administração aos cidadãos e uma forma de “...partilha de poder com os cidadãos...” (Maier, 2001 citando Glass, 1979);
- Uma oportunidade de envolver os cidadãos na política, na economia e na sociedade (Sharaf, 1996);
- Uma variedade de formas de envolver as pessoas em torno de um determinado tema/projeto (Department of the Environment (DOE, Reino Unido), 1994);
- A “procura de partilha dos benefícios do desenvolvimento pela sociedade” (Sharaf, 1996).

Segundo Alves (2001, p. 85) a participação pública caracteriza-se “pela intervenção dos cidadãos ou organização de cidadãos na tomada de decisão pública, nomeadamente no respeitante a decisões que afetam mais diretamente as suas vidas ou interesses.” Como refere Silva (2006) “...a participação pode ... ser entendida como o envolvimento das populações ou de segmentos/estratos da população para a resolução de problemas próprios”.

A “escada da participação” sugerida por Arnstein (1969) apresenta os seguintes níveis de envolvimento dos cidadãos: manipulação, terapia, informação, consulta, apaziguamento, partenariado, delegar poderes, controlo do cidadão. Segundo Alves (2001), Arnstein revela “o significado da participação pública e o sentido de colaboração”. No entanto esta abordagem de Arnstein é criticada por compreender níveis que comprometem e limitam o envolvimento da população. É também criticada por reconhecer que a delegação de poderes e o controlo do cidadão são os níveis mais desejáveis da participação, o que pode não estar de acordo com os desejos de uma dada sociedade (Alves, 2001). Maier, 2001 (in Alves, 2001) refere também que “o cidadão recusa esta responsabilização ou considera-se incapaz de assumir o poder de decisão”.

Cullingworth em 1988 (in Alves, 2001) refere que a participação designa-se por ativa ou inativa. Na primeira distingue-se uma população com interesses próprios e com interesses em prol da comunidade. Quanto à população inativa, este autor refere que a sua existência se deve aos seguintes motivos: “circunstâncias pessoais, receio a potenciais conflitos, falta de interesse, baixas expectativas em relação ao processo de decisão (possibilidade de influenciar decisão) ou falta de conhecimento”.

Segundo Alves (2001), “a questão da participação... integra um conjunto complexo ... de situações...” sendo “ ... portanto, fundamental, questionarem-se ideias aparentemente adquiridas e admitir-se que muitos processos participatórios ocorrem sem eficácia.”

É referido pelo Department of the Environment (Reino Unido) (1994) que no início de um processo participativo é útil convidar-se os participantes a referirem até onde querem ir com esse processo, a que níveis aspiram chegar (in Alves, 2001).

Outras teorias centram-se em perceber a participação como o “*empowerment*” dos cidadãos, “valorizando a importância da delegação de poderes a indivíduos ou comunidades em situação de desvantagem” (Alves, 2001). Segundo Pereira (2008), o “*empowerment*” da população relaciona-se com o desenvolvimento do capital social, sendo este um processo demorado, pouco popular e com resultados pouco visíveis.

Segundo Silva (2006), “... fala-se muitas vezes em participação pública ...” confundindo-se certos conceitos. Segundo este autor, a participação pública compreende três fases: a primeira designa-se por auscultação, onde se procede à realização de inquéritos e reuniões com os interessados. Segue-se para a fase onde os “técnicos trabalham e elaboram os estudos necessários”, sendo esta a fase de transmitir a informação. Depois surge o processo de participação, que consiste num “movimento bidirecional em tempo real” recorrendo nos dias de hoje às potencialidades da tecnologia.

A participação exige também certas condições: o domínio/acesso a informação compreensível e clara, abertura de espírito e humildade (Silva, 2006).

“... o objetivo principal da participação é o de facilitar, tornar mais direto e mais usualmente quotidiano o contacto entre os cidadãos e as várias instituições do Estado, permitindo que este leve cada vez mais em conta os interesses e as opiniões daqueles antes de tomar decisões ou executá-las” (Jacinto, 2005).

A participação pública permite o desenvolvimento de “políticas mais informadas e efetivas, com os grupos afetados pelos planos a reconhecerem as suas interdependências e a colaborarem para (re)construir consensos” (Jacinto, 2005).

Na prática, a participação dos cidadãos não se faz em todas as comunidades, existindo sociedades com diferentes graus de atenção sobre esta questão. “É útil debruçarmo-nos sobre a forma como os cidadãos manifestam as suas preferências e os meios que existem para os ajudar a compreender as questões fundamentais e formular as suas opiniões”. “... É importante uma atitude de capacitar a comunidade sobre a qual incide a opção/ação de planeamento incorporando permanentemente “conhecimentos novos” na gestão do seu processo de transformação, ou seja, a preocupação com o desenvolvimento da “capacidade cívica” dessa comunidade e as suas implicações para o processo de planeamento” (Jacinto, 2001).

Segundo Jacinto (2001), o planeamento do “desenvolvimento” tem que ser acompanhado por uma abordagem centrada na comunidade local e nos problemas que são partilhados de forma coletiva, e por uma comunicação sobre os problemas que atingem a população.

O processo de participação em planeamento através do diálogo tem sido bastante frequente, no entanto, como refere, Monteiro (2000) a insatisfação dos portugueses pelas suas cidades não se deve à falta de debate (in Jacinto, 2001). Pela “procura de um planeamento responsivo ... coloca-se neste contexto, o problema da participação pública com «particular acuidade»” (Pires, 1991, in Jacinto, 2001).

Segundo Robert Dahl (1994) é importante “acrescentar uma intensificação da vida democrática ao nível das comunidades mais pequenas” (regiões, municípios, cidades) (in Jacinto, 2001). O ponto de partida é o local, “porque a sociedade civil é mais prontamente mobilizável em torno de temas e motivos locais” (Friedman, 1996, in Jacinto, 2001).

“ ... a identidade local (especialmente cultural) assume considerável importância ao nível da «formação de uma democracia participativa»” (Vilaça, 1994, in Jacinto, 2001).

Muir *et al.* (2007) distinguem “consulta” e “participação” pelo nível de envolvimento, ou seja, a participação envolve uma associação entre as partes mais sustentável e empenhada, incluindo algum elemento de poder para concordar ou vetar iniciativas. O “envolvimento” é usado como um termo genérico para todos os aspetos da consulta e da participação. No contexto do Reino Unido, as razões pelas quais o governo promove o envolvimento da comunidade na regeneração urbana incluem: apoiar a coesão social; promover o capital social (redes, normas sociais e confiança); assegurar um planeamento efetivo e a realização de serviços locais; legitimar o processo de planeamento; respeitar os direitos dos cidadãos no que respeita à sua influência nas decisões que os afetam.



Segundo Haus *et al.* (2010) ao referir-se o conceito de “envolvimento da comunidade”:

*“we refer to the nonpublic side of actors located in an urban area that are involved in initiatives for urban problem solving, whether they be corporate actors (organizations), associations, and social movements; experts in particular fields (e.g., architects in urban planning); or individual citizens.”*

No contexto das cidades criativas, Sasaki (2010) identifica seis condições para que uma cidade se possa considerar criativa, uma delas consiste na promoção de mecanismos de participação.

*“(...) it is a city that has a mechanism of citizen participation in city administration that guarantees the versatility and creativity of its citizens. In other words it is a city with a system of small area autonomy supported by large-area administration that can take charge of large-range management of the region’s environment.”* (Sasaki M., 2010).

Sasaki (2010) explora o exemplo da cidade de Osaka para referir a importância de criar mecanismos no sentido de aumentar a participação dos cidadãos. Na cidade de Osaka, com o objetivo de criar uma cidade criativa através da participação popular dos cidadãos, foi aberto em 2006 um “Creative Café” para discutir todos os assuntos sobre a cidade criativa de Osaka. E em 2007, foi criado um “Conselho de Cidadãos da Cidade Criativa de Osaka” para organizar um plano para construir uma rede destes locais de discussão em toda a cidade de Osaka.

*“The vision of the plan has grown to become a plan to not merely develop ‘creative places,’ but to develop a ‘nexus of creativity’ where individual citizens are empowered to contribute to the revitalization of Osaka as a whole. It has been very encouraging to see that more citizens have participated in the construction of these ‘creative places’ than was originally expected, and as a result a wider ‘ring of creativity’ is already beginning to materialize.”* (Sasaki M., 2010)

No âmbito da questão da criatividade urbana, Reis (2009) refere que “a criatividade impulsiona a busca de novos arranjos de governança entre o público, privado e sociedade civil”, nomeadamente na “busca de modelos colaborativos, nos quais todos ganham”.

Hamid (2010) reflete sobre algumas das funções da participação dos cidadãos, entre as quais constam as seguintes:

- Função normativa: ativar a democracia, legitimar os processos de decisão, aumentar o capital social, capacitar os cidadãos.

- Função instrumental: criar uma oportunidade para os cidadãos influenciarem o processo de decisão; tornar posições e interesses transparentes; promover a inclusão do conhecimento dos leigos e melhorar as políticas e os resultados do planejamento; contribuir para a eficiência no sentido em que, é uma forma de ganhar tempo e assim evitar a geração de problemas; fortalecer a profissão de planejamento aumentando a sua visibilidade e valor aos olhos dos cidadãos.

Como limites da participação dos cidadãos, Hamid (2010) refere:

- Falta de recursos e pessoas (a nível local);
- Falta de clareza vinda do governo nacional quanto à relação entre a participação dos cidadãos e as outras áreas de atividade do governo local;
- Raramente os cidadãos têm poder para influenciar as decisões tomadas, criando cidadãos apáticos;
- Insuficiente incentivo e esforço de políticos e planeadores locais para maximizar a participação dos cidadãos (Wang e Van Loo, 1998);
- Existência de pontos de vista conflitantes, e a chegada de um consenso no processo de participação é visto também como um problema;
- Processos de participação com problemas de representatividade – a maioria dos participantes são de classe média com formação superior;
- Estruturas de poder inibem o sucesso da participação dos cidadãos;
- A distância entre a teoria e a prática – os participantes num processo de planejamento não têm um “poder real”;
- As características da população exigem diferentes métodos de participação;
- Perceção sobre a necessidade de tempo;
- Dificuldades em treinar a população durante o processo participativo.

Fazendo uma análise às abordagens sobre a participação dos cidadãos constata-se diferenças quanto à sua interpretação. Em forma de síntese verifica-se que a participação dos cidadãos relaciona-se essencialmente com o processo de tomada de decisão; a partilha coletiva dos problemas e soluções; a delegação de poderes; e a capacitação da população. Na tabela seguinte encontram-se os principais aspetos positivos e negativos da participação dos cidadãos.

**Tabela 1. Síntese dos aspetos positivos e negativos da participação dos cidadãos.**

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Meio de redistribuição de poder pelos indivíduos;</li> <li>▪ Meio para legitimar os processos de tomada de decisão;</li> <li>▪ Possibilidade de associar projetos de diversas entidades com relevância para a qualidade do processo;</li> <li>▪ Construção de relações de trabalho em cooperação;</li> <li>▪ Partilha de problemas de forma coletiva;</li> <li>▪ Procura de um planeamento responsivo;</li> <li>▪ Construção de propostas e conhecimento informal;</li> <li>▪ Possibilidade de todos os atores envolvidos serem “agentes da mudança, reforçando a sua identidade com o espaço de pertença”;</li> <li>▪ Aumento do capital social necessário para o êxito das políticas de desenvolvimento urbano;</li> <li>▪ Promoção da coesão social;</li> <li>▪ Respeito pelos direitos dos cidadãos no que respeita à sua influência nas decisões que os afetam;</li> <li>▪ Prolongamento dos efeitos das intervenções;</li> <li>▪ Criação de cidades criativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diversidade de abordagens em torno do conceito de participação;</li> <li>▪ Dificuldade em alcançar a representatividade da comunidade;</li> <li>▪ Diferenças de poder entre os participantes num processo participativo;</li> <li>▪ Insuficientes incentivos para a construção partilhada de estratégias de desenvolvimento;</li> <li>▪ A capacitação dos cidadãos caracteriza-se por ser um processo demorado, pouco popular e com resultados pouco visíveis;</li> <li>▪ Dificuldades na participação dos cidadãos em assuntos ou estratégias genéricas de regeneração;</li> <li>▪ “A participação ainda está muito sob controlo do Estado” sendo difícil aos cidadãos intervirem nos momentos de tomada de decisão;</li> <li>▪ Falta de clareza e abertura do governo nacional quanto à relação entre a participação dos cidadãos e outras áreas de atividade do governo local;</li> <li>▪ Pouca visibilidade dos efeitos das “parcerias” como metodologia de envolvimento de indivíduos, comunidade e organizações. As parcerias, pelo seu carácter formal, são consideradas como inibidores à participação dos cidadãos;</li> <li>▪ Insuficiente conhecimento sobre as motivações, aspirações e formas de trabalhar das parcerias intersectoriais e a posição da comunidade local, nessas estruturas, é considerado marginal;</li> <li>▪ Datas limite de entrega das propostas de regeneração urbana não deixam margem para a consulta à comunidade;</li> <li>▪ Existência de pontos de vista conflitantes, e a chegada de um consenso no processo de participação é visto também como um problema.</li> </ul>

Fonte: Fontes bibliográficas consultadas na redação do Capítulo 2 da presente dissertação.

## **2.5 Síntese do Capítulo 2**

A participação dos cidadãos parece constituir um assunto antigo no âmbito do processo político de governar as cidades. Na verdade, as suas características foram sendo alteradas ao longo do tempo, visto que, por exemplo, até a período medieval a participação era confinada somente a uma minoria da população. Nos dias de hoje procuram-se criar novos mecanismos de participação face a necessidade de aproximar a sociedade à política e ao Estado.

Um dos desafios da governança territorial, que é ao mesmo tempo uma dificuldade, corresponde precisamente à necessidade de construir formas de ação coletivas e gerar maior responsabilização sobre os problemas coletivos. As dificuldades resultam da existência de barreiras impostas pelas próprias autoridades locais em abrir desde início o processo de planeamento aos cidadãos. Neste sentido, um documento elaborado pela Europa, sobre as cidades do futuro, salienta que o conhecimento do território “não pode ser unicamente transmitido pelos peritos, mas tem de ser compreendido e mesmo, por vezes, co-produzido por todos os interessados e implicados”. É também neste documento introduzida a ideia da inovação social, ou seja, a necessidade de incentivar a participação cívica, a criatividade e a coesão.

Em Portugal, constata-se, pela bibliografia analisada, que a participação dos cidadãos tem tido algumas dificuldades na implementação, sendo apontada a insuficiente capacidade dos municípios e do Estado em capacitar os agentes para a construção partilhada do desenvolvimento urbano.

### 3 A regeneração urbana

#### 3.1 A regeneração urbana – uma alavanca para a mobilização

*“Está instalado na sociedade um amplo consenso sobre a Regeneração Urbana e existe um entendimento comum sobre a urgente necessidade de reabilitar as cidades, requalificar os centros urbanos e recuperar os edifícios degradados.”* (Confederação Empresarial de Portugal (CIP), 2011: 6).

Segundo Couch *et al.* (2003) “a regeneração urbana é o campo da política pública que se preocupa com o recrescimento da atividade económica, com a recuperação da função social e com o restabelecimento da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico das zonas urbanas.” (in Fidalgo, 2012).

Para Muir (2003), o método preferencial de regeneração está focado nas áreas deprimidas e no envolvimento de residentes no planeamento e implementação dos processos, usualmente com algum tipo de parceria local incluindo o setor público, privado, a comunidade e o setor voluntário.

Roberts and Sykes (2000) definem regeneração urbana como ação que lida com a resolução de problemas urbanos, económicos, sociais, físicos e ambientais da área alvo de intervenção, ou seja, potencia soluções integradas para o território (in Fidalgo, 2012).

A Declaração de Toledo, aprovada em 2010, realça a “regeneração urbana integrada”. Esta declaração baseia-se na necessidade de consolidar a Agenda Urbana Europeia, salientando a “adoção de soluções adaptadas à diversidade das cidades, vilas e aldeias da Europa, principalmente dinamizando a participação pública” (Confederação Empresarial de Portugal (CIP), 2011). A regeneração urbana integrada assegura a participação dos cidadãos e o envolvimento de agentes locais na construção de modelos sustentáveis e inclusivos (Comissão Europeia, 2011).

Parés *et al.* (2011) refere que, na generalidade tem sido dada uma atenção progressiva à participação dos cidadãos no contexto da rede de governança (*networks of governance*) orientada para a regeneração urbana. No âmbito da agenda europeia de transformação das políticas de regeneração urbana em torno de áreas urbanas degradadas, a participação dos cidadãos é vista como um ponto de vantagem inovador que serve de inspiração para a gestão deste tipo de política.

Os debates em torno do tema da regeneração urbana realçam os processos de mobilização de agentes públicos e privados e a diversidade de modelos de parcerias.

As parcerias estão relacionadas com a reestruturação das relações intergovernamentais (no âmbito do setor público); com novas práticas de governança envolvendo diferentes organizações (voluntárias ou do setor privado); com diferentes procedimentos e regras; e com a capacitação da sociedade civil. Para o desenvolvimento de parcerias de sucesso ao nível local é necessário, por um lado, criar uma forte política nacional urbana, e por outro lado, uma suficiente descentralização da administração pública para o nível municipal. No caso de Portugal, os processos transformativos construídos sobre as práticas inovadoras específicas permanece um assunto muito problemático. Uma das razões consiste na política de regeneração urbana ser concebida em ambos os níveis local e central, faltando uma forte política nacional para a regeneração urbana (Vázquez *et al.*, 2009).

Os projetos de regeneração urbana podem gerar resultados nos seguintes níveis: mudanças demográficas (envelhecimento, mobilidade, migração); educação e competências; emprego; saúde e segurança; habitação e ambiente; identidade, cultura e sentimento de pertença; participação, capacitação e acesso; capital social; bem-estar, felicidade e qualidade de vida. Estas são as áreas críticas para a sustentabilidade das comunidades locais, e são de suma importância para avaliar o potencial impacto direto e indireto das propostas de regeneração urbana (Colantonio *et al.*, 2009).

Colantonio *et al.* (2009) apresenta no seu estudo alguns fatores de sucesso em prol da sustentabilidade social da regeneração urbana:

- As agências e parcerias público-privadas devem ser veículos que promovam a sustentabilidade social dos projetos de regeneração urbana;
- Uma abordagem integrada e com recursos diversos promove sustentabilidade das comunidades e permite intervenções contínuas;
- A localização dos escritórios das agências na área a ser regenerada tem também um efeito benéfico, garantindo um fórum de discussão e transparência, e ajudando a reduzir as desconfianças em torno das autoridades da cidade;
- A imagem e o *branding* são cruciais para a regeneração social das áreas da cidade e para a atração de novos investimentos em infraestruturas sociais, económicas e ambientais.

Assim sendo, segundo o Jornal Oficial da União Europeia (2010) as políticas urbanas integradas, como é o caso da regeneração urbana, envolvem mais parceiros e associam a população através de mecanismos de participação diversos. E uma maior

participação dos cidadãos permite aumentar o capital social necessário para o êxito das políticas de desenvolvimento urbano.

É assim notório que a concretização, com sucesso, de estratégias de regeneração urbana depende da implementação de estratégias de mobilização de parcerias e da comunidade local.

### **3.2 A regeneração urbana – algumas realidades**

*“Community involvement in regeneration is far from easy, and is difficult to define.”*

Robison, *et al.* (2005)

Neste ponto pretende-se evidenciar algumas características do processo de envolvimento da população nos programas de regeneração urbana, e também evidenciar boas práticas e fatores de sucesso.

#### **3.2.1 Características**

Na realidade britânica, desde 1997, os programas de regeneração urbana procuram reforçar o papel das comunidades. Esta constatação parte do pressuposto de que as comunidades permaneciam até esta data como parceiros juniores nos processos de regeneração urbana (DETR, 1997 in Purdue, *et al.*: 2000).

A literatura sobre o envolvimento dos indivíduos nos projetos de regeneração é diminuta, não havendo conhecimento sobre as suas motivações, aspirações e formas de trabalhar (Purdue, *et al.*: 2000).

Existem algumas barreiras que impedem uma relação saudável entre os representantes de uma comunidade e outros parceiros do processo de regeneração (Purdue, *et al.*: 2000).

No âmbito das parcerias, alguns investigadores defendem a presença da comunidade enquanto outros defendem que as parcerias intersectoriais são frágeis e que a posição da comunidade na estrutura da parceria é marginal. Quanto à estrutura da parceria, ao assumir uma postura mais formal, pode representar uma ameaça aos interesses estabelecidos e muitas vezes é o foco de lutas dentro da comunidade (Purdue, *et al.*: 2000).

Segundo Purdue *et al.* (2000), mais importante que a escolha dos membros da parceria, é cultura positiva em torno da parceria, pois esta característica encoraja o envolvimento de novas pessoas no processo.

No que diz respeito ao processo de envolvimento da comunidade, as autoridades locais na maioria das vezes não procura saber os pontos de vista da população, resultando numa comunidade desiludida e relutante em participar em novas formas de consulta. Outro dos obstáculos prende-se com o facto de a comunidade desconhecer a existência da parceria ou considerá-la como uma mera extensão dos serviços da autoridade central. Muitas pessoas têm a percepção de que as parcerias correspondem a uma estrutura burocrática e não as vêem como um modo de aumentar o poder da comunidade. Isto acontece, em parte, porque as parcerias são estruturas de facto formais e porque a participação da comunidade é mais fácil se se focar em assuntos específicos e interesses do que em estratégias de regeneração genéricas (Purdue, *et al.*: 2000).

*“People in general were not interested in generic strategic issues of partnership governance. They lacked a ‘public interest” (Purdue, et al.: 2000).*

Existe por parte de algumas pessoas um interesse pelo envolvimento, contudo este interesse cinge-se apenas a projetos singulares, campanhas ou festivais anuais deixando de parte o envolvimento contínuo em temas estratégicos (Purdue, *et al.*: 2000). Outra das questões levantadas por Purdue *et al.* (2000) consiste nas queixas levantadas pela comunidade acerca das datas limite de entrega das propostas de regeneração urbana que não deixam margem para a consulta à comunidade dando a impressão que os seus pontos de vista não são tidos em conta, sendo contudo, o seu suporte necessário na fase de implementação dessas propostas.

*“Os líderes das comunidades sentem-se subvalorizados. O seu tempo é usado como se não tivessem mais nada para fazer. Eles não são capazes de tomar nenhuma decisão significativa, sendo apenas meramente informados acerca das decisões tomadas por outros. Eles sentem-se manipulados a servirem os interesses do município, ao invés de serem apropriadamente consultados” (Purdue, et al.: 2000).*

Quanto às características dos processos de participação, no âmbito dos projetos de regeneração urbana, observam-se alguns obstáculos na implementação da parceria assim como pouca clareza quanto ao papel das comunidades nestes processos.



### 3.2.2 Boas práticas/fatores de sucesso

*“... one of the most important characteristics of the new urban planning theories and international programs is the concept of citizen participation in decision-making process”. Hamid (2010)*

Segundo Robinson *et al.* (2005) o envolvimento da comunidade ou dos residentes locais nos programas de regeneração urbana pode funcionar, contudo, é necessário que estes processos sejam cuidadosamente produzidos e geridos. Este autor aponta algumas boas práticas para que a parceria (estrutura composta por um conjunto de instituições que sustentam e conduzem o processo de regeneração) consiga levar a cabo a tarefa de envolver e motivar a população a participar na regeneração urbana, tais como:

- Dar a conhecer a parceria como a estrutura representativa da comunidade;
- Fornecer informação com todos os detalhes do projeto de regeneração urbana;
- Integrar sempre que possível novos membros na constituição da parceria, elementos esses com competências e que inspirem confiança, garantindo o funcionamento da parceria a longo prazo;
- Eleger os membros da parceria através de um processo aberto a toda a comunidade. Para o bom funcionamento da parceria é necessário assegurar a representatividade da diversidade e dos interesses da comunidade;
- Assegurar o bom funcionamento das reuniões (transportes, local, documentação);
- Definir funções claras para cada membro da parceria. Assim como definir direitos, responsabilidades, expectativas e códigos de conduta;
- Proporcionar reuniões entendíveis para todos os cidadãos envolvidos;
- Disponibilizar um escritório destinado aos representantes da comunidade;
- Desenvolver uma boa estratégia de comunicação para facilitar o diálogo entre as parcerias e toda a comunidade;
- Organizar ações de formação entre parcerias. Estas formações podem ser uma boa ocasião para contactar com outras parcerias e verificar como eles se organizam e promovem o envolvimento da comunidade. (Robinson *et al.* (2005).

Os representantes da comunidade devem ser estimados, apoiados, reconhecidos, ouvidos e respeitados. Existe a tendência de “voluntariar” os representantes da comunidade em tudo, incluindo-os num conjunto de reuniões sem fim. Uma boa

prática sugerida por Robinson *et al.* (2005) consiste em limitar o tempo disponível dos representantes de uma comunidade, prevenindo estas situações.

*“... community representatives should be able to enjoy what they are doing, find it interesting and get satisfaction from it.”* (Robinson *et al.*, 2005).

Numa dissertação desenvolvida por Fidalgo (2012) sobre regeneração urbana, uma das pistas para a melhoria da execução destes processos consiste, precisamente, na capacidade de envolvimento da população. Este é encarado como um “fator preponderante para a evolução e execução” destes processos. O envolvimento da população deve fazer-se pelo levantamento dos problemas que a preocupam; pela realização de ações explicativas do processo; pela disponibilidade em aceitar a alteração dos objetivos estratégicos de modo a refletir a opinião da comunidade; e por último, terem em conta que, o sucesso do programa de regeneração deve ser avaliado pelo nível de confiança da população pelo processo. No que se refere ao processo de envolvimento/participação, deve existir um envolvimento contínuo da população durante a execução do programa de ação.

No que se refere às estruturas e projetos criados em torno da regeneração urbana, defende-se que o ingrediente chave para o sucesso da regeneração urbana consiste não nas estruturas que compõem as parcerias, nem nos programas ou projetos, mas sim nas pessoas, nos seus estilos pessoais e relações interpessoais (Purdue, *et al.*: 2000).

Segundo Purdue *et al.* (2000), a ausência de significado do envolvimento dos interesses da comunidade na regeneração tem sido bastante documentado. O autor refere três razões para a adoção de uma visão mais otimista sobre o envolvimento da população na regeneração urbana:

- O equilíbrio entre a democracia representativa e a participativa está em mudança e as parcerias na regeneração estão crescentemente a oferecer-se como uma alternativa;
- Alguns líderes das comunidades estão confiantes, têm competências e estão mais disponíveis a aceitar novas visões e possibilidades;
- Existe um crescente reconhecimento da importância de investir no processo de regeneração por ser organizacionalmente sustentável (Purdue, *et al.*: 2000).

Os líderes devem ser capazes de identificar as qualidades das pessoas e encorajá-las a estar presentes em reuniões expressando as suas visões e a serem pró-ativas. (Purdue, *et al.*: 2000).

Segundo o artigo desenvolvido por Boateng *et al.* (2008) acerca da sustentabilidade das estruturas de participação, os autores distinguem duas formas de participação em projetos de regeneração urbana: uma em que as autoridades centrais criam estruturas colaborativas artificiais e outra com enfoque no envolvimento de redes comunitárias formais e informais já existentes. Os autores argumentam que esta última compreende uma estrutura de participação com maior duração do que a estrutura criada pelas autoridades locais. Para isso estudaram os projetos de regeneração urbana de Portsmouth e Hulme em Manchester (Reino Unido), dois exemplos baseados num forte envolvimento de múltiplos atores. Baseados nesta evidência, os autores sugerem que para desenvolver um verdadeiro processo de regeneração, a participação dos grupos já existentes na comunidade tem de ser potenciada. Segundo os autores, é amplamente entendido que a participação encoraja a cooperação entre os participantes para atingirem objetivos comuns. Deste modo serão capazes de identificar problemas comuns, formular, discutir e selecionar soluções alternativas e implementá-las tendo em conta os seus recursos. Muitos trabalhos académicos evidenciam os benefícios sociais, económicos e ambientais associados ao envolvimento de atores diversos no processo de tomada de decisão.

Muir *et al.* (2007) examinam as expectativas e a realidade do envolvimento da comunidade em seis programas de regeneração urbana na Irlanda baseados na melhoria da habitação - três dos casos de estudo em Dublin, capital da República da Irlanda, e três em Belfast, a maior cidade do norte da Irlanda. A investigação analisou as interações entre organizações de residentes e outras agências, em particular as agências estatais responsáveis pela implementação dos programas de regeneração. Quatro estruturas distintas de participação/consultadoria foram identificadas. Um Sistema Adaptativo Complexo (CAS-*Complex Adaptive System*) foi usado para analisar os dados qualitativos no sentido de avaliar as condições iniciais, fatores emergentes e processos adaptativos que ocorreram enquanto os programas de regeneração progrediam.

*“Urban regeneration was the policy arena chosen for this study in recognition of the complexity of the policy domain including the wide range of institutional and community participants.”* (Muir, *et al.*; 2007)

Esta pesquisa permitiu obter uma visão sobre fatores que afetam o desempenho do setor público e o comportamento dos agentes, particularmente fatores que surgem com o tempo e contribuem para a imprevisibilidade de projetos complexos.

Muir, *et al.* (2007) identificam os seguintes pontos-chave para o sucesso do envolvimento da comunidade em processos de regeneração urbana:

- **Numa primeira fase, identificar a visão da comunidade sobre os benefícios resultantes do processo de regeneração urbana na respetiva área de intervenção:**

Esta é a fase em que se inicia a relação entre a comunidade e as agências envolvidas. Aqui será importante estar-se atento ao modo como esta visão é moldada por antecedentes passados e pelas condições presentes da consulta inicial. Estes antecedentes podem estar relacionados com a história local, com o passado político e com respostas dadas a outras campanhas que apelavam à melhoria do local. A visão da comunidade é baseada num acordo comum entre a comunidade local que pode ou não ser partilhada por outros agentes. A partir da visão é possível analisar a influência de eventos passados na perceção da comunidade; sintetizar as perceções dos residentes nas condições presentes; e descrever os principais aspetos que eles sentem serem mais importantes num processo de regeneração.

- **Definir a visão futura da comunidade:**

Na maioria dos casos analisados por estes autores, a visão futura da comunidade convergiu com a defendida pelas agências de implementação. Em todos os casos analisados, a visão no início do processo de regeneração consistiu, sem surpresas, na melhoria das condições de vida para os residentes. Em contrapartida, os executores tinham uma visão estratégica mais alargada, por exemplo integrar a área com os distritos vizinhos de modo a atenuar o estigma de isolamento. Esta visão mais alargada foi genericamente aceite e incorporada na visão da comunidade. É assim necessário construir, através de negociação, uma visão em acordo com todos os envolvidos.

- **Ter em atenção as reações às mudanças que afetam a relação de trabalho entre os participantes:**

Após o contacto inicial entre a comunidade e outras agências, os momentos subsequentes envolveram conflito, construção de consensos e negociação, ou, em alguns casos, a substituição dos desejos da comunidade por um ator mais poderoso. A evolução relativamente às relações de trabalho é moldada pelo equilíbrio de poder entre os participantes. Se uma agência tem mais poder do que outra, o resultado é o conflito e a substituição dos pontos de vista da comunidade. Se existir um equilíbrio de poder então é possível a construção de consensos através da negociação e aprendizagem mútua. Os fatores que afetam o equilíbrio de poder e por conseguinte o

relacionamento entre os atores incluem: uma vez mais, os antecedentes históricos de envolvimento da comunidade; os efeitos dos recursos disponíveis de apoio ao envolvimento da comunidade; os esforços das agências de implementação em obter da comunidade a legitimação do programa; e o impacto dos indivíduos chave.

Muir *et al.* (2007) elaboram a seguinte questão: Quem são os agentes individuais numa comunidade? Aqueles que escolhem envolverem-se no processo de consulta e participação podem não ser representativos da população e dos seus pontos de vista. Existe um problema de falta de representação de grupos tais como jovens, pessoas com deficiência e grupos étnicos minoritários. Existe um outro aspeto acerca do envolvimento de indivíduos associados ao crime e intimidação; aqueles que têm poder dentro da comunidade não são necessariamente aqueles com os quais as organizações desejam estabelecer relações de trabalho.

Muir *et al.* (2007) detetaram quatro características dos ciclos de aprendizagem e adaptação concluindo que a sua influência pode ser negativa ou positiva (tabela seguinte).

**Tabela 2. Características positivas e negativas dos ciclos de aprendizagem e adaptação no envolvimento da população em processos de regeneração urbana.**

<b>Aprendizagem / adaptação</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
<b>O histórico de envolvimento da comunidade</b>	Organizações já existentes detentoras de conhecimento e competências para colocarem as suas ideias junto das agências de execução.	Experiências negativas e débeis relações de trabalho.
<b>A disponibilidade de recursos</b>	Procedimentos de planeamento desenvolvidos por um especialista. O escritório da associação comunitária pode atuar como um ponto de informação útil aos residentes. O tempo é disponibilizado para preparar as respostas às iniciativas das organizações. Os consultores podem ser contratados para aconselhamento individual especializado.	A “profissionalização” do ativismo da comunidade cria barreiras entre os trabalhadores e voluntários e pode levar a acusações.
<b>A necessidade de legitimação pelas organizações de execução</b>	Possibilita a consulta dos programas de regeneração urbana. Encoraja o envolvimento da comunidade. Aumenta a credibilidade entre a comunidade e outras organizações.	Perda de confiança da comunidade se o programa não for amplamente apoiado.
<b>Indivíduos chave</b>	Ajudam na legitimação do processo Pontos de contacto.	Focos de descontentamento dos moradores. As opiniões destes indivíduos podem não ser da maioria.

Fonte: Muir *et al.* (2007).

*“Urban regeneration projects face a particular challenge in comparison to other fields of public policy.”*

De seguida analisa-se o ponto de vista de Haus *et al.* (2010) que analisam o contributo que a relação entre a liderança e o envolvimento da comunidade pode ter na construção de políticas legítimas e eficazes em contexto da governança territorial. Para isso, utiliza quatro casos de estudo com diferentes práticas e falhas na interação entre os líderes políticos e os atores sociais. Haus *et al.* (2010) numa das suas conclusões refere que o contexto institucional demonstrou de algum modo facilitar a implementação destas práticas.

A gestão de projetos de regeneração urbana requer um delicado balanço, no sentido em que, assegurar a participação não é uma tarefa fácil, sendo necessário não causar a sensação de falta de direção. Outra questão delicada prende-se com a liderança que pode ser forte e efetiva no curto prazo, contudo a falta de apoio popular pode prejudicar a realização dos objetivos a longo prazo. Finalmente a solução para este balanço tem de estar de acordo com as particularidades do contexto local que estão integradas no contexto nacional (Haus *et al.*, 2010).

Páres *et al.* (2011) exploram o peso da participação na rede de governança, os efeitos da participação e os fatores que influenciam a variedade de experiências de participação na regeneração urbana. Perante a análise efetuada em algumas zonas urbanas deprimidas na região da Catalunha (Espanha), Parés *et al.* (2011) concluem que o desenvolvimento da participação nas redes de governança está dialeticamente relacionado com os resultados políticos e com elementos estruturais nomeadamente o posicionamento da comunidade dentro do sistema urbano e as características do capital social local.

Alguns dos contributos de Parés *et al.* (2011) evidenciam o seguinte:

- Historicamente, a participação dos cidadãos revelou-se ser um fator chave na conceção e implementação de políticas urbanas;
- Observa-se uma relação entre os modelos de governança e os modelos de regeneração urbana;
- Os casos de regeneração urbana com maior peso da participação dos cidadãos são aqueles com abordagens mais integradoras e com uma boa orientação em torno do desenvolvimento social e comunitário;
- O desenvolvimento de uma rede de governança participativa está relacionado com elementos estruturais prévios, que explicam a diversidade de experiências encontradas nos casos de estudo. O tipo de vizinhança, a história local em

termos de participação, o capital social, a presença de conflitos anteriores, e política do governo local poderão ser os fatores que explicam tal diversidade.

Haus *et al.* (2010) refere que o envolvimento da comunidade aumenta a legitimidade democrática e a transparência. Pode também ser um fator preponderante na execução de políticas mais efetivas e no fortalecimento do sistema político.

*“The contribution of community involvement could be to increase democratic legitimacy and transparency. It can perhaps also enhance the effectiveness of policies by expressing more authentically the needs of policy addresses, feeding alternative knowledge into policy formulation, and strengthening feedback into the political system after policy implementation.”*

Ao estudar o envolvimento da população na regeneração urbana não se pode deixar de refletir sobre o tema da liderança política. Ambos estão intimamente relacionados, visto que está provado que um envolvimento da população mais intenso é sinal de uma liderança política que o tem permitido ou incentivado.

Haus *et al.* (2011) estuda o contributo da liderança política e do envolvimento da comunidade como ingredientes essenciais para legitimar e tornar eficaz a política em contexto de governança urbana.

Deste modo, pode concluir-se que alguns dos fatores de sucesso na participação dos cidadãos incluem:



**Figura 3. Fatores de sucesso na participação dos cidadãos no âmbito da regeneração urbana.**

### **3.3 Síntese do capítulo 3**

Quanto aos instrumentos aliados à governança territorial, no caso de Portugal, a dimensão social da regeneração urbana é descurada em relação à dimensão urbana/física que é sempre enfatizada. O instrumento de política Parcerias para a Regeneração Urbana é uma estratégia de governança que aposta no envolvimento dos cidadãos e na sua responsabilização. Esta estratégia deriva da necessidade de se encontrarem modos de facilitar a gestão das instituições que governam a cidade. No entanto, mesmo na realidade do Reino Unido, país com uma vasta experiência neste domínio, a integração da comunidade ainda não surtiu o efeito desejável.

Em suma, tem sido dada uma atenção progressiva à participação dos cidadãos no contexto da rede de governança orientada para a regeneração urbana. A participação dos cidadãos é vista como um ponto de vantagem inovador que serve de inspiração para a gestão deste tipo de política urbana.

Os casos de regeneração urbana com maior peso da participação dos cidadãos são aqueles com abordagens mais integradoras e com uma boa orientação em torno do desenvolvimento social e comunitário.



## 4 O papel da arte e da cultura na regeneração urbana

### 4.1 Enquadramento

Antes de contextualizar a cultura no processo de planeamento, convém efetuar uma breve análise sobre o que se entende por este conceito. A cultura é reconhecida por Richards (2001) como a palavra mais complicada na língua inglesa (Cars *et al.*, 2005). Na literatura, encontram-se, pelo menos, dois significados para esta palavra (Cars *et al.*, 2005):

- Um em que a cultura é vista como um setor ou resultado relacionado com o teatro, arte, dança, música, cinema. A cultura pode ainda envolver o setor das artes nas seguintes áreas: belas artes e artes visuais, artes performativas, cinema, fotografia e vídeo, arquitetura e design, e segundo Kunzmann (2004) podem ainda envolver o lazer e o desporto;
- E um outro em que a cultura é entendida como uma atividade social e humana que cria significado, consciência e identidade; a cultura como um sistema de valores e características da vida.

Reconhece-se a relação entre as duas perspetivas, ou seja, a cultura como um setor/resultado e também fruto das atividades humanas (Cars *et al.*, 2005). De acordo com Williams (1976) a cultura é “um particular modo de vida que expressa certos significados e valores não somente em termos de arte e aprendizagem, mas também nos procedimentos institucionais e comuns (Darlow, 1996).

Relativamente ao início da relação entre a cultura e o planeamento, esta começou a partir dos anos 40, em que a cultura e a arte eram vistas como campos que não se complementavam com mais nenhuma área política (García, 2004). A arte era considerada como um sinal tangível da vida social na cidade. A relação entre a arte e a cidade era expressa pela construção de monumentos cívicos ou religiosos (igrejas e catedrais) (Salice, 2011). A partir da década de 70, face ao declínio industrial, a cultura foi utilizada em muitos países como principal estratégia de regeneração urbana. Entre 1970 e 1980, a política cultural aumentou consideravelmente na atividade do governo local. Segundo Bianchini (1993), a relevância dada às políticas culturais deve-se, em parte, aos movimentos de ação comunitária e à crítica ao planeamento urbano funcionalista/racionalista. Esta tendência foi acompanhada pela construção de formas que ampliavam a “identidade da cidade”, desencadeando um sentimento de pertença comum entre diferentes comunidades. Os políticos começaram a relacionar a política cultural numa abordagem integrada promovendo o desenvolvimento sustentável.

Bianchini (1993) considera como característica importante deste período, o incentivo dado aos indivíduos e grupos, para se expressarem (Miron, 2009). A partir dos anos 90, foram consideradas as prioridades do desenvolvimento económico. Ou seja, a ênfase sobre o desenvolvimento da comunidade, participação, vizinhança, descentralização, democratização do espaço urbano começou a ser gradualmente menor e a atenção foi dirigida no sentido potenciar o contributo da cultura em prol da regeneração económica e física da cidade (Miron, 2009). O risco aqui consistia em submeter as políticas culturais a meros instrumentos de marketing. Esta tendência trouxe alguns dilemas, tais como a desigualdade entre a oferta cultural no centro da cidade e nos bairros mais desfavorecidos e periféricos; estratégias orientadas para o consumo versus apoio à produção cultural local e à inovação; investimentos em edifícios e as despesas em eventos e atividades. Neste período de 1990, um outro tema consistiu, precisamente, na participação dos cidadãos no desenvolvimento local baseado na cultura. Apesar de algumas lacunas, a interação dos cidadãos tornou-se importante para o processo de tomada de decisões, especialmente nas cidades da Europa Ocidental. A introdução de conceitos como, planeamento cultural e recursos culturais no desenvolvimento da comunidade urbana encorajou o desenvolvimento da criatividade, das competências e do talento das pessoas. No entanto, a este tipo de regeneração de base cultural (*culture-led regeneration*) estão associados problemas de gentrificação e espectacularização. Muitos autores sublinham também a ausência de uma evidência robusta e uma dificuldade metodológica para detetar os efeitos resultantes deste tipo de estratégia (Evans & Shaw, 2006). Apesar disso, nos anos mais recentes tem sido dada mais importância ao papel da política ligada à arte e cultura como um meio de promover a regeneração das cidades. Muitos investigadores reconhecem a importância deste tipo de estratégia para a criação de cidades vitais e vibrantes.

Na tabela seguinte encontra-se uma breve síntese da evolução da cultura no planeamento.

**Tabela 3. Evolução principais abordagens sobre a emergência da cultura no âmbito do planeamento da cidade/regeneração urbana.**

<b>Período de tempo</b>	<b>Principais características</b>
<b>1940-1960 – “A idade da reconstrução”</b>	Os decisores políticos definiam a cultura como sendo um domínio separado da produção material e da atividade económica.
<b>1970-1980 – “Período da Participação”</b>	Foi negligenciado o potencial económico dos recursos culturais. As políticas culturais serviam as agendas sociais e políticas. A emergência de novos movimentos sociais urbanos levou os políticos a usarem a política cultural como instrumento para o desenvolvimento da comunidade.
<b>A partir de meados dos anos 80 – “City marketing”</b>	A cultura passou a ser um instrumento da economia da regeneração urbana – a emergência das indústrias culturais e das cidades europeias da cultura.
<b>Meados e finais dos anos 90</b>	A cidade e a cultura ganham espaço em meados nos anos 90. Acentua-se a convergência entre a cultura e a economia no contexto urbano. Emergência de conceitos como: capitais da cultura, recursos culturais (planeamento), classes criativas e quarteirões culturais, indústrias criativas.
<b>2001 até à data</b>	Comunidades sustentáveis. Cultura e qualidade de vida, transformações dos lugares, <i>clusters</i> criativos, etc.

Fonte: García (2004) and Evans & Foord (2008).

Em 1999, Biachini sugeriu que a cultura servirá o planeamento urbano através de uma mudança radical no modo como os planos e as políticas são entendidas:

*“What urban planners and policy-makers...need today is perhaps the creativity of artists.... This is the creativity of being able to synthesise; to see the connections between the natural, social, cultural, political and economic environments, and to grasp the importance not only of ‘hard’ but also of ‘soft’ infrastructures.... A knowledge of how to use soft infra-structures [daily routines of working and playing, local rituals, ambiances and atmospheres, people’s sense of belonging...] is crucial for successful policy implementation...”* (Bianchini, 1999, pp. 42–43, in García, 2004).

Durante a revolução industrial a relação entre a arte e a cidade entrou em crise passando a arte a ser apenas destinada para o embelezamento da cidade ou para funções comemorativas. A partir da década de 50 os artistas procuraram uma nova relação com a cidade e o seu ambiente, abandonando propostas puramente decorativas e cerimoniais. Nos últimos 20 anos a arte passou a abordar o tema da regeneração urbana, sendo concebida, não só para a apreciação estética dos edifícios, mas também para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a sua relação com o espaço urbano (Salice, 2011).

*“Art returns to play a primary role in designing the city and artists are more and more asked to use their sensitivity in order to transform “spaces” into “places””* (Salice, 2011).

A consistência das políticas culturais no campo do planeamento territorial resultou em investigações sobre os seus impactos quer a nível social quer a nível económico. Esta tendência foi reforçada pelo desenvolvimento das indústrias culturais e pelo setor criativo que se anunciaram como “geradores de valor acrescentado e promotores do “desenvolvimento económico”, reforçando a competitividade dos territórios (Ferreira, 2010).

A partir dos anos 80, a Europa e os Estados Unidos da América começaram a usar a cultura como engenho para reanimar as cidades “pós-industriais” em declínio. Os governos locais apostaram na arte pública como prática da regeneração urbana no sentido de tornar as cidades atrativas a investimentos e visitantes e também para minorar problemas de exclusão social. Sobre esta última questão, Salice (2011) reconhece que no passado o incremento de projetos de arte pública em regiões desfavorecidas promoveu um falacioso sentido de espaço partilhado.

O recorrer para uma visão mais holística do planeamento urbano teve como causa a crise do planeamento racionalista tradicional e a mudança da relação entre os cidadãos e a cidade.” (Salice, 2011).

Muitos autores argumentam que, com o crescimento das cidades, planeadores e administradores da cidade já não são mais capazes de se manterem ao ritmo da mudança, uma vez que dependem de modelos e interpretações ultrapassadas. Neste contexto, a linguagem técnica e as ferramentas tecnológicas tradicionalmente utilizadas pelos planeadores entraram em confronto devido à necessidade de incluir a vida quotidiana dos cidadãos. A procura por novos instrumentos que pudessem promover o diálogo entre o urbano e a vida quotidiana proporcionou um crescimento do uso de intervenções artísticas. (Salice, 2011).

A arte pública permite construir uma linguagem mais próxima das preocupações da população, misturando técnica e a sensibilidade social. (Salice, 2011).

## **4.2 Características e benefícios**

A dificuldade em clarificar noções como ‘cultura’ e ‘atividades culturais’ faz com que não seja comum a existência de avaliações sobre o seu impacto no desenvolvimento económico e social dos territórios. A cultura define quem somos como cidadãos e ao mesmo tempo fornece-nos matéria-prima para a construção da nossa identidade. Os líderes das cidades já perceberam que a imagem cultural da cidade promove a atração de novos investidores e visitantes assim como aumenta os níveis de confiança dos atores locais. Para além de aumentar a atratividade das cidades, as atividades culturais podem ter um papel fundamental na construção de comunidades urbanas sustentáveis, aumentando a autoestima e o sentimento de pertença ao território e despertando a criatividade no seio da comunidade. As atividades culturais fornecem informação, competências e capacidades essenciais ao desenvolvimento humano, que não se encontra em mais nenhuma área. Nos dias de hoje a cultura está no coração das estratégias urbanas não somente devido à sua vocação intrínseca de promover os direitos humanos, moldar o conhecimento da sociedade e melhorar a qualidade de vida de todos, mas também, pelo seu papel na criação de emprego, de regeneração urbana e de inclusão social. A cultura constitui um dos principais temas no atual contexto de globalização. O diálogo intercultural e a promoção da diversidade cultural são alguns dos maiores desafios da humanidade. (URBACT Network, 2006).

Entre os principais benefícios das atividades culturais apontados pelo URBACT Network (2006) salienta-se a sua relevância na construção de novas formas de democracia participativa e de regeneração urbana. Quanto aos profissionais da área cultural, a sua participação nestes processos revela benefícios devido ao seu trabalho conter originalidade e pelas competências e capacidades específicas (imaginação, criatividade, risco, empatia, confiança, etc.). Os profissionais da área cultural necessitam ser reconhecidos como importantes agentes urbanos. Artistas e criadores, como sugerido pela Agenda Local 21 no domínio da cultura, podem ser convidados a identificar os problemas e conflitos da sociedade, melhorar a coexistência e a qualidade de vida, e aumentar a criatividade e a capacidade crítica dos cidadãos.

A vida e a cultura na cidade têm constituído um tópico de discussão em torno de mesas de jantar e escritórios de funcionários municipais. A cultura, não só é vital para a vida da cidade como é crucial para a sua sobrevivência numa escala global. A ligação entre a cidade e a cultura traz consigo questões profundas sobre como nos organizamos, as nossas interações como seres humanos, levando-nos a questionar o seguinte: como conectar o planeamento da cidade, com a vida na cidade, ou, como

conectar o que a cidade é com aquilo que gostaríamos que ela fosse? Ou seja, existe a necessidade de refletir sobre como fazer a cidade mais adequada à maneira como as pessoas vivem e interagem, ou seja, mais adequada à sua cultura, e existe também um interesse na arte e na cultura como futuros parceiros no planejamento e gestão da cidade (Metropolis, 2007). Esta conexão entre a cidade e a cultura proporciona o crescimento da área do planejamento cultural, na perspectiva do planejamento para a cultura mas também na perspectiva da cultura de planejamento. Outra tendência é o envolvimento de artistas e acadêmicos do setor cultural no processo de desenvolvimento da cidade, proporcionando a interdisciplinaridade.

As competências artísticas e culturais podem contribuir decisivamente na forma como se organiza a cultura, no sentido amplo da palavra, na forma como vivemos juntos na cidade. Permite-nos mover do planejamento da cidade, entendido como um exercício puramente funcional, para fazer realmente cidade (Metropolis, 2007).

Na sociedade contemporânea onde a natureza de “cultura” é uma questão em aberto, a forma como fazemos as coisas não é apoiada e validada na nossa tradição, pelo contrário, a nossa cultura é baseada no novo, na criatividade e na inovação. A nossa cultura está a enfrentar o desafio da abertura. A forma como fazemos a cidade tem de estar de acordo com essa abertura e não pode somente trabalhar nas disciplinas e respostas tradicionais. Assim procura-se uma incorporação genuína de competências artísticas e culturais não só do setor artístico e cultural, mas sim do artista como pensador cultural criativo, político, designer, empresário ou administrador – levando a cidade a todas as disciplinas (Metropolis, 2007).

*“It is about the ability to open up to qualified and inspiring ways of navigating in regards to what is still not there.”*

*“And it is very much about creating possibilities to see and imagine a new potential, while making it possible to act accordingly, not just react to the already existing.”*

(Metropolis, 2007)

Os modos mais tradicionais de planejamento e gestão da cidade são muitas vezes incapazes de potenciar as competências inerentes ao setor cultural. Além do mais, a linguagem do planejamento está muitas vezes fechada em vocabulário onde poucos podem participar. E ainda assim, a cidade e o seu desenvolvimento afeta e diz respeito a todos. Aqui a linguagem rica e experimental das artes e cultura pode desempenhar um importante papel, pois torna-nos conscientes da nossa forma de interação.

*“How do we become better at experimenting together in the process of creating more inspiring and cohesive cities?”*

A questão chave é que apenas é possível fazer cidade, percebendo as necessidades específicas e as qualidades dos lugares, das pessoas, e do contexto (Metropolis, 2007).

#### **4.3 A valor da cultura para o planeamento**

No quadro atual, os três tipos de políticas culturais dominantes são:

- Estratégias baseadas na produção, ou em abordagens como ‘indústrias culturais’;
- Estratégias baseadas no consumo, ou abordagens a estratégias ligadas às artes e cultura;
- Abordagens ligadas à ‘democracia cultural’ ou ao ‘planeamento cultural’. (*in Darlow, 1996*).

A noção de planeamento cultural baseia-se numa formação interdisciplinar. Inclui elementos da economia urbana e regional, história, sociologia, política, geografia, e planeamento (Bianchini, 1993, *in Darlow, 1996*).

*“...cultural policy and planning is likely to play an increasingly prominent role in the differentiation of urban areas”* (Darlow, 1996).

As artes demonstraram promover a coesão social, melhorar a imagem do local, promover interesses pelo ambiente local, construir parcerias entre o setor público e o setor privado, criar capacidade organizacional e explorar visões para o futuro (Landry *et al.*, 1996, *in Darlow, 1996*). Recentes desenvolvimentos apelam à necessidade de as autoridades desenvolverem modos mais criativos de pensar quando se resolvem os problemas urbanos. O projeto das Cidades Criativas enfatiza a necessidade de se promover a participação dos cidadãos na construção das políticas. A criatividade é, portanto, uma necessidade para desenvolver soluções inovadoras para os problemas da cidade e para responder às necessidades de mudança.

Um ponto crucial para o governo da cidade consiste em disponibilizar meios para que os indivíduos desenvolvam os seus próprios projetos. As parcerias com a sociedade civil são, portanto, essenciais. A sociedade civil e as associações precisam de ser envolvidas no processo de conceção e de elaboração de novos espaços urbanos e equipamentos culturais. Metodologias participativas podem legitimar ou melhorar um projeto e proporcionar oportunidades para fortalecer os valores que articulam cidades

e comunidades. Haverá, no entanto, a necessidade de gerir a interação entre cidadãos e especialistas culturais (artistas, historiadores, arqueólogos, gestores culturais, antropólogos, planeadores culturais, mediadores culturais, etc.). O setor cultural e o tecido artístico assumem um papel importante no desenvolvimento da cidadania e da participação, constituindo, em articulação com o património e herança cultural, uma oportunidade para o reforço da competitividade e da coesão do território (Guerra *et al.*, 2007).

Para que uma cidade seja considerada criativa e inovadora é necessário apostar nas suas características únicas, fortalecendo o envolvimento dos cidadãos “na criação de pequenos projetos”. A criatividade na cidade pressupõe disponibilidade de um capital social com vontade coletiva e de redes sociais fortes. No repto de incentivar a proximidade com os cidadãos, as novas formas de governança urbana incentivam a participação de diferentes atores. Segundo Guerra, salienta-se o instrumento da política de cidades Polis XXI ‘parcerias para a regeneração urbana’ como importante veículo para potenciar a cultura e a participação cívica na revitalização integrada dos espaços (Guerra *et al.*, 2007).

A relação entre regeneração urbana e cultura é comprovada pela elaboração de um “*Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*”. Este guia foi produzido em 2011 pela Direção e Serviços de Planeamento do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Cultura. Este Guia pretende ser um meio de divulgação de apoios, incentivos, iniciativas e mecanismos financeiros dirigido a todos os interessados (criadores, agentes culturais, empresários) em desenvolver atividades culturais e artísticas. O instrumento de política “Parcerias para a Regeneração urbana” aparece neste guia como um mecanismo de apoio financeiro a atividades nucleares do setor cultural ligadas ao Património (Museus, Bibliotecas, Arquivos, Lugares Históricos, Sítios Arqueológicos) (Ministério da Cultura, 2011). Segundo o GPEARI pretendeu-se com este guia colmatar alguns constrangimentos resultantes da dispersão e inacessibilidade deste tipo de informação.

A nível prático, a incorporação da cultura nas medidas políticas traduz-se apenas em programas dirigidos para o património e outras atividades culturais e artísticas “mais eruditas e consagradas”. Contudo, atualmente, no quadro das instituições europeias e dos governos nacionais, a aposta nas indústrias criativas e culturais tem-se revelado de extrema importância. Refere-se, no documento *The Economy of Culture in Europe* (2006), que “o campo das artes é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento local (...) ajuda a reforçar a integração social e assegura a coesão territorial”. A cultura



serve assim de base aos processos de inovação e desenvolvimento territorial. (Ferreira, 2010).

O valor social e económico da cultura originou, nas políticas urbanas, o interesse em apostar neste setor para a regeneração das cidades. Evans (2008) refere que: “(...) As cidades que usaram a cultura (...) são celebradas e vistas não apenas como modelos bem-sucedidos de regeneração de base cultural, mas também de regeneração urbana em geral. ”A associação entre planeamento urbano e planeamento cultural ganhou expressão em algumas políticas de regeneração de cidades da Europa. Recentemente, e neste contexto surgiu o ideal de cidades criativas (Charles Landry, 2000 e Richard Florida, 2000 e 2006). Na ótica de F. Matarasso, F. Bianchini e o próprio C. Landry, “as artes e a cultura são entendidas como recursos fundamentais para a regeneração socioeconómica e sociocultural das cidades e a associação entre planeamento urbano e cultural deve ser canalizada para estimular a mobilização das pessoas e dos grupos em torno de projetos de desenvolvimento comunitário.” Para o desenvolvimento da cidade criativa “emergem concepções diversas sobre o recurso das artes e da cultura em prol da regeneração urbana.

Em Metropolis (2007) um tema central do desenvolvimento das cidades consiste na dimensão social. A atual gentrificação de muitas cidades faz com que se questione o modo como se asseguram espaços públicos para todos. Esta questão acentua a importância do investimento público nos centros das cidades assim como o envolvimento dos cidadãos no processo de desenvolvimento do espaço público.

De seguida sugere-se alguns elementos característicos das abordagens artísticas:

- Proporcionam expressões físicas e visuais;
- Os artistas estão crescentemente a trabalhar em colaboração com outros profissionais e com o cidadão em geral;
- O trabalho dos artistas não é apenas um pedaço de arte mas sim uma máquina de interações, ou seja, quebram limites entre as disciplinas;
- Usam eventos sociais para mobilizar a comunidade de diversas formas.

Uma questão fundamental refere-se à combinação entre a prática do planeamento urbano e o desejo de criar cidades vitais, democráticas e distintas. Como assegurar oportunidades para a vida urbana? As questões económicas, arquitetónicas e relativas a infraestruturas desempenham um significativo papel no planeamento urbano, contudo, o “hardware” da cidade necessita de ser sustentado por outras iniciativas, políticas e condições no sentido de fortalecer a formação de cidades imaginativas e

inspiradoras. O planeamento por vezes entra numa posição delicada por criticar os projetos de planeamento anteriores, e o grande perigo reside em colocar em causa a sua importância e utilidade. Verifica-se a existência de mais pessoas a apreciarem os centros das cidades antigas do que a apreciaram a verdadeira cidade nova. O planeamento não deve ser evitado, mas deve-se pensar em como planear de forma inteligente, criativa e inspiradora. Pode-se inclusive planear para estar sem planeamento (Metropolis, 2007).

O planeamento público é um instrumento para a democracia. Os procedimentos políticos formais e os processos de planeamento tradicionais não são suficientes para assegurar a participação e muito menos para facilitar o desenvolvimento da cocriação.

*“The art of planning is very much articulating different perspectives, before the design or planning phase.”* (Metropolis, 2007)

Um tema central no atual processo de planeamento corresponde ao envolvimento das comunidades e cidadãos. Um dos problemas inerentes a este envolvimento consiste na metodologia mais conhecida de envolver os cidadãos, as reuniões, com café e alguns funcionários a explicar os planos, que dificilmente contribuem para o atual processo de planeamento, deixando o público assim como os planeadores com uma sensação de frustração. Existe uma premente necessidade de criar novas formas de mostrar, discutir e tratar o assunto através de cenários, juntamente com exemplos de como os processos de desenvolvimento poderiam tornar-se mais democráticos e eficazes (Metropolis, 2007).

Carvalho (2008) explora a relação artística e cultural com o espaço urbano. Na sua investigação analisa três comunidades urbanas da área metropolitana de Boston (EUA) procurando analisar o papel da atividade cultural e artística na revitalização social destas comunidades. Segundo as suas conclusões, o uso de espaços públicos urbanos para a realização de eventos culturais e artísticos, encoraja o desenvolvimento de uma forte conexão entre a comunidade e esses espaços.

*“When appropriated by artistic events, urban spaces develop multicultural, multissocial and intergenerational capacities, repositioning social networks within the community and promoting a cultural refunctionalization of urban spaces.”* (Carvalho, 2008)

Segundo Carvalho (2008) as atividades artísticas e culturais geram respostas para uma nova ordem urbana. Neste artigo são propostas algumas sugestões que podem ajudar a entender o potencial da arte e a da cultura na definição do espaço urbano contemporâneo, transformando-o num espaço socialmente mais integrado:

- Configuração de um uso comum dos espaços urbanos, oferecendo espaços de socialização entre as diferentes etnias e gerações;
- Criação de uma oportunidade para trabalhar com a comunidade assuntos sociais, nomeadamente a violência dos jovens na rua;
- Construção de uma identidade com o local;
- Promoção da criatividade no espaço urbano;
- Desenvolvimento de uma forte relação entre a comunidade e o espaço urbano;
- Promoção do desenvolvimento da comunidade;
- Criação de uma consciência social e construção de uma paisagem cultural específica.

Graaf (2009) explora a arte pública como um instrumento que promove a participação da comunidade local, através da análise de um caso de estudo, Newcastle-Gateshead (Reino Unido).

O município de Gateshead envolveu-se com a arte pública no início de 1980 quando decidiu levar a arte ao público com uma série de instalações ao ar livre, pois nessa altura não dispunham de uma galeria de arte contemporânea. Os primeiros trabalhos foram muito bem-sucedidos sendo que em 1986 o programa de arte pública foi lançado.

Este programa impulsionou a realização do *Garden Festival* em 1990 em Dunston (Gateshead) que teve mais de 70 obras de arte temporária em exibição. O programa estava diretamente conectado com a reabilitação urbana.

A arte não deve ser apenas utilizada pelo público mas deve também ser usada como um modo de ajudar os residentes a relacionarem-se com o seu ambiente.

*“The primary motivation for the creation of public art is to provide a ‘sense of place’ through unique works of art visible daily to the public, which help to create a quality environment”* (Gateshead Council 2006: 6).

A arte pública contribui para tornar os espaços públicos, ruas e edifícios mais atrativos, funcionais e flexíveis. As obras de arte e o papel do artista neste contexto melhora a imagem urbana, envolvendo o público através de um processo criativo, adicionando valor e criando um sentimento de apropriação pelos espaços. Os residentes têm sido ativamente envolvidos no desenvolvimento de um programa de artes, são milhares de pessoas, desde crianças a idosos, a participarem diretamente na construção da sua

própria arte no Art Gallery Shipley e no dia da escultura anual em Saltwell Park, que atrai mais de 200 mil visitantes (Graaf, 2009).



**Figura 4. Dia da escultura em família (realização anual).**

Fonte: [www.journallive.co.uk](http://www.journallive.co.uk).

*“My own blunt evaluation of regeneration programmes that don’t have a culture component is they won’t work. Communities have to be energised, they have to be given some hope, they have to have the creative spirit released” (Robert Hughes, Chief Executive of Kirklees Council, 1998).*

De acordo com Graaf (2009), ao contrário de outras cidades inglesas em que a regeneração urbana é dominada pelo cultural com o “C” maiúsculo, Newcastle e Gateshead enfatizam a cultura com um “c” pequeno” no âmbito dos seus programas de regeneração urbana.

Usando a arte pública como um instrumento participatório na regeneração urbana, os ambientes desfavorecidos adquirem um novo significado para os moradores, resultando sentimentos mais fortes com o meio que os rodeia.

As experiências de NewCastle e Gateshead mostram como a arte pública pode ser um valioso instrumento de participação para aumentar os laços entre os residentes com o local onde vivem, assegurando que a arte interliga com a sua identidade local. Isto não só fortalece a identidade local, mas também aumenta a atratividade da área a investidores externos e visitantes (Graaf, 2009).

Santos (2007) analisa através de um processo de auscultação a relação dos residentes da cidade com a cultura e o teatro. Utiliza como estudo de caso a cidade de Viana do Castelo. Santos (2007) conclui que é necessário alterar o poder local para que este aposte na “cultura de representação” e no “trabalho de mediação com a população”. Relativamente ao teatro, Santos (2007) refere que este é visto como uma “arte de animação e de síntese, ancorada numa relação específica entre a representação e a vida.”

*“O teatro proporciona contextos privilegiados para o desenvolvimento de trabalhos de relacionamento (virtualmente) direto com os públicos”.*

O autor refere que o teatro, comparativamente com outras artes como o cinema e a música, necessita de menos recursos, cumprindo assim uma “função social comunitária”. “Há, aqui, uma diferença de campo, e de escala no interior do campo, que nos faz considerar o teatro como uma arte média: a arte teatral ocorre nas margens, quer da grande arte, quer da arte mais comercial, no espaço que é sobretudo percebido como entre dois pólos de difícil articulação – a arte experimental e hipercodificada; e a arte menorizada (infantil e/ou de ação social)” (Santos, 2007).

Relativamente ao teatro, este assume-se como um veículo que permite analisar a relação existente entre o público e o espaço urbano (Ribeiro<sup>13</sup>, 2012: 7).

---

<sup>13</sup> Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, 19-22 de junho de 2012.

#### **4.4 Síntese do capítulo 4**

A cultura é um conceito que se pode relacionar com a arte e a aprendizagem assim como com os procedimentos institucionais e comuns.

A relação entre a cultura e planeamento tem tido, ao longo do tempo, consequências muito diversas. Esta relação teve já as seguintes interpretações:

- O desenvolvimento da dimensão estética das cidades;
- A principal estratégia de regeneração urbana;
- A ampliação da identidade da cidade;
- O desenvolvimento económico;
- O desenvolvimento da comunidade (criatividade, talento);
- O desenvolvimento de cidades vitais e vibrantes.

Destaca-se, desde 1999, a importância da criatividade dos artistas para o desenvolvimento do planeamento urbana. O recorrer desta visão mais holística de planeamento teve como causa as limitações do planeamento tradicional e racional, despoletando o uso de intervenções artísticas conotadas por terem uma linguagem mais próxima da população.

Não há dúvidas quanto ao valor da cultura quer para a imagem da cidade e para a atração de capital humano, quer para a construção de comunidades sustentáveis. É referido ainda que a cultura promove a construção de novas formas de democracia e de regeneração urbana e aumenta a criatividade e a capacidade crítica dos cidadãos. É crucial que a cidade se desenvolva tendo em conta a maneira como as pessoas vivem e interagem.

O planeamento cultural é visto como uma formação interdisciplinar, e esta designação diz também respeito à cultura de planeamento. A cultura é a base para fortalecer a criatividade, a inovação e o desenvolvimento cultural. O valor cultural e económico das cidades originou o desenvolvimento da regeneração urbana, e constitui uma oportunidade para o reforço da competitividade e da coesão do território.

De seguida serão analisados três exemplos práticos de um modo mais detalhado. Os exemplos escolhidos são bastantes diferentes entre si, no entanto, considera-se importante analisar as suas diferenças no sentido de concluir acerca das vantagens e limitações de cada um.

## 5 Exemplos práticos

Para melhor alcançar o desafio de analisar os exemplos práticos que se seguem, foram estabelecidos contactos com as entidades promotoras dos projetos no sentido de apurar os passos que têm sido dados, as consequências para a atividade de planeamento e os principais sucessos e insucessos de cada um dos exemplos.

Os exemplos práticos apresentados são diferentes quer na sua magnitude quer no modo como as suas atividades são executadas. Contudo, têm em comum a perceção da urgência em estreitar, por via da arte e da cultura, a relação entre o cidadão e a cidade.

São assim analisados três exemplos práticos:

1. Festival Metropolis – um festival de arte e performance no espaço urbano (Copenhaga, Dinamarca);
2. Programa Nuovi Comittenti – um programa de produção de obras de arte no espaço público;
3. Projeto Bando à Parte: Culturas Juvenis, Arte e Inserção Social – um projeto para a criação de uma cultura de liderança cívica e para a reconciliação cultural com os espaços urbanos (Coimbra, Portugal).

**Tabela 4. Matriz de apoio à análise dos exemplos práticos.**

<b>Tópicos de análise</b>	<b>Conteúdos a desenvolver</b>
<b>Enquadramento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O processo de planeamento da cidade/país onde o projeto se desenvolve;</li><li>▪ O papel das artes e da cultura na regeneração urbana;</li><li>▪ A capacitação da população para a participação pública.</li></ul>
<b>Descrição</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ A origem do projeto;</li><li>▪ Os promotores e parceiros;</li><li>▪ As principais ideias que identificam e conduzem o projeto.</li></ul>
<b>Objetivos e estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Identificar as prioridades de atuação do projeto.</li></ul>
<b>Atividade/projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O grau de comprometimento da população no projeto.</li></ul>

## 5.1 Festival Metropolis (Copenhaga, Dinamarca)

### 5.1.1 Enquadramento

*“Art should not function as entertainment alone but also as an integrated partner in the development of the city.” (Metropolis, 2007)*

#### **A realidade do processo de planeamento**

A cidade de Copenhaga é um dos exemplos práticos escolhidos para sustentar as temáticas discutidas nos capítulos anteriores. É uma cidade repleta de exemplos de substantiva criatividade, seja na forma de processos, métodos de planeamento ou estratégias de desenvolvimento (Metropolis, 2007). A realidade do processo de planeamento é caracterizada por uma consciência crescente face à necessidade de explorar novas abordagens ao nível dos programas de desenvolvimento urbano.

#### **O papel das artes e da cultura**

Segundo a Metropolis (2007-2009)<sup>14</sup> novas áreas urbanas lutam com um sentimento de vazio apesar das várias tentativas de criação de variações arquitetónicas. O Festival Metropolis questiona o seguinte:

*“Como formar cidades com capacidade para se desenvolverem ao longo do tempo – em que os cidadãos e outros agentes podem influenciar o desenvolvimento e o uso do espaço da cidade? Como fazer um planeamento refletido e integrador em vez de mecânico e fechado?” (Metropolis, 2007).*

Neste domínio de abordagens em torno da cidade de Copenhaga, existe um crescente entendimento sobre a necessidade de integração das áreas social, ética e ambiental na prática de planeamento. O trabalho dos arquitetos e planeadores tem sido crescentemente visto como a arte de compreender e ler o contexto nas suas dimensões social, cultural e económica, sendo o processo de desenvolvimento encarado como a interação entre estas dimensões, e a arte do planeamento o motor para articular as diferentes perspetivas, antes da fase de conceção ou de projeto (Metropolis, 2007).

---

<sup>14</sup>Publicação sobre os primeiros Laboratórios e Bienais do evento entre 2007-2009, disponibilizada pelo Diretor Artístico Trevor Davies do Teatro Internacional de Copenhaga (KIT), entidade promotora e organizadora do Festival Metropolis.



Segundo o diretor artístico do Teatro Internacional de Copenhaga, “... *the commitment to citizen involvement is strongly rooted in Danish practice*” (Trevor Davies, 2012).

### 5.1.2 Descrição

#### A origem do projeto



**Figura 5. Performance realizada no âmbito do Festival Metropolis.**

Fonte: <http://www.kit.dk/2012/METROPOLIS.html>.

O Festival Metropolis - festival de arte e performance no espaço urbano, teve o seu início em Agosto do ano de 2007. Depois da realização, desde 1979, de mais de 50 festivais, seminários, etc., o Teatro Internacional de Copenhaga (KIT - *Copenhagen International Theatre*) embarcou numa nova fase de trabalho, com o Metropolis como tema central. O Festival foi fundado em 2007 pelo diretor

artístico do KIT, Trevor Davies, como uma reação ao modo de desenvolvimento do espaço público em Copenhaga, e especialmente ao uso da arte neste processo (in Olsen 2012, Garfield 2010). Pretendeu assim desenvolver a partir de 2007, ano em que mais de 50% da população mundial vivia nas cidades, um festival programado com uma série de bienais. Entre 2007-2017 são realizadas as bienais, e os anos em que estas não se realizam serão preenchidos por atividades de investigação, workshops, desenvolvimento e partilha através de um Laboratório (*Metropolis Lab*).

#### As principais ideias



O Teatro Internacional de Copenhaga convida desde 2007 parceiros para colaboração, vindos de todas as áreas e de todos os lados do mundo, assim como todos os que tiverem

interesse no tema do desenvolvimento da cidade. Pretende unir arquitetos com coreógrafos, criadores com artistas plásticos e os novos *média* com escritores e a comunidade local. O objetivo é trabalhar na e com a cidade, através de formas de arte, cruzando as ideias e realidades internacionais.

Internacionalmente o Festival pretende estar ligado a mais de 20 metrópoles. No ano de 2007 esteve envolvido com Berlim, Barcelona, Birmingham, Beirute, Pequim, Lille, Londres, Lyon, Marselha, Melbourne e Rio de Janeiro.

Através do Festival Metropolis, o público irá explorar a cidade e novas formas de arte. Os eventos irão decorrer em sítios amplos, sítios desconhecidos e em percursos urbanos guiados por novas vivências. No Laboratório serão desenvolvidos workshops, seminários e processos criativos. O Festival Metropolis é já considerado um marco para uma geração de artistas, investigadores e profissionais da área do urbanismo.

### **5.1.3 Objetivos e estratégias**

O objetivo principal do Festival Metropolis consiste em analisar a forma como as condições urbanas são percecionadas, comentadas, contestadas e desenvolvidas tendo as artes como pano de fundo.

Este projeto pretende demonstrar o modo como as atividades culturais e artísticas, no sentido mais amplo dos termos, podem desempenhar um papel essencial no processo de desenvolvimento e na construção da identidade de uma cidade. Para atingir este propósito o projeto utilizou duas estratégias, uma delas, materializada numa nova plataforma para apresentar a arte e a cultura urbana na cidade (Bienal) e outra para produzir novos pensamentos, visões e atividades de experimentação no desenvolvimento da cidade (Laboratório).

No que concerne ao laboratório, este compreende seminários, workshops, demonstrações de trabalho e conferências com a participação de atores locais e globais. Trata-se de um laboratório interdisciplinar que pretende aumentar e estreitar a relação entre as artes e o ambiente público, através da colaboração e desenvolvimento de projetos entre artistas, planeadores, urbanistas, arquitetos, sociólogos, decisores, etc.

O Festival Metropolis contribui também para alcançar a visão definida pela cidade de Copenhaga: ser um centro internacional de desenvolvimento da cidade. Um centro onde os pensamentos tradicionais e métodos de trabalho relativos ao desenvolvimento da cidade unem inspiração e conhecimento do mundo da arte e onde as características da arte interagem e criam visões para a cidade como um quadro, estrutura e arena para o desenvolvimento. O desenvolvimento de uma cidade criativa é *grosso modo* o principal desígnio desta iniciativa.

Contudo, segundo Dithmer (2007) o festival tem sido criticado por ser invisível e passar despercebido aos cidadãos de Copenhaga, e por ser um festival elitista. Os organizadores do Metropolis defendem a sua posição elitista alegando que ser um festival famoso e para entretenimento não está alinhado com o seu foco de desenvolvimento urbano (Olsen, 2012). Segundo Trevor Davies, o Festival Metropolis encontra-se numa situação marginal questionando e desafiando a política cultural racional de Copenhaga. O resultado do Festival é somente visto como um evento e não como um parceiro estratégico para o desenvolvimento de estratégias urbanas de longo prazo, verificando-se este facto, na falta de fundos públicos suficientes de apoio ao festival.

De seguida apresentam-se três projetos/atividades desenvolvidas no âmbito do Festival Metropolis.

#### 5.1.4 Projetos/atividades

##### **Airplay Street Gallery**



**Figura 6. Art Street Gallery.**

Fonte:

<http://www.flickr.com/photos/62107175@N00/161205695>.

Um dos aspetos interessantes da arte moderna e da urbanidade consiste na preocupação com a cidade como interface das opiniões da população. A cidade é um mecanismo para a interação, contudo o tipo de comunicação que proporciona é limitada. Existe uma enorme quantidade de comunicação comercial e pouco espaço para a comunicação pessoal e política no espaço público. Os sinais pessoais no espaço público são hoje em dia os grafitis e o vandalismo comum. Mas há também a tentativa de criar espaços para que a comunicação pessoal se expresse no espaço público em formas mais positivas (Metropolis, 2007). Um exemplo disso, em Copenhaga, é o *AirPlay Street Gallery* incorporado numa praça recém-criada. Através da realização de eventos e tendo a possibilidade de projetar filmes e imagens, esta Galeria consiste num local próprio para a expressão artística e para a interação com a comunidade de Nørrebro. Trata-se da primeira galeria permanente da Dinamarca, localizada ao ar livre.

Quanto à concepção do projeto, este foi criado em 2006 por um grupo de cinco pessoas. O projeto foi iniciado pelos moradores locais. Estes desejavam criar um local com algo melhor do que um cesto de basquetebol enferrujado, tendo convidado um arquiteto do bairro para fazer um plano. Os moradores pediram também à esposa do arquiteto para fazer algo mais por este local – algo artístico. Ela desenvolveu a iniciativa de criar uma galeria de rua, convidou mais quatro pessoas e juntos desenvolveram a ideia e o nome de AirPlay. Um dos pontos de partida da ideia consistia em explorar o campo da arte interdisciplinar.

A cidade de Copenhaga e um elevado fundo para a construção financiaram o *hardware* – a construção da praça. O AirPlay possui equipamento – o projetor de vídeo e a instalação de som -, mas ainda assim cada sessão tem um custo: lâmpadas, energia elétrica e recursos humanos. O som é totalmente incorporado dentro da arquitetura da praça, em bancos próprios, os *subwoofers* são colocados nas escadas e mais colunas de som estão escondidas em pontos estratégicos.

Foi pedido pelos criadores do projeto que o local se destine apenas para a arte e também para festivais de cinema nas noites de verão. A visão principal do projeto consiste em comunicar a arte contemporânea para as pessoas no espaço público, sem estas terem que se dirigir a alguma galeria na periferia.

Este local, outrora em condições muito degradadas, tornou-se um foco artístico de Nørrebro. Durante o dia este espaço é um campo de futebol, basquetebol, enquanto nas horas da noite está desenvolvido para ser uma galeria. A Galeria apresenta eventos de arte digital e performance incluindo sonoridades ou filmes diretamente influenciados pelos contributos da comunidade local. O principal objetivo desta Galeria consiste em desafiar e examinar as ideias e valores que moldam e estão presentes na sociedade atual levando a arte para as vidas quotidianas dos cidadãos. Segundo uma das criadoras do projeto, Karen Toftegaard, no sentido de estabelecer a arte contemporânea no espaço público e torná-la parte integrante e interativa com o ambiente local, é necessário concentrar a atenção sobre a população local. Segundo os criadores, a ideia do projeto *Airplay Street Gallery* é criar algumas experiências de espaço urbano e fazer a arte contemporânea mais de acordo e com relevância para a comunidade de Copenhaga. Não artes tradicionais como a pintura, escultura ou exposições na praça, mas formas de arte voláteis, tais como instalações, vídeo, arte sonora e performances ao vivo. Há, ainda, dois fatores importantes para a continuidade do projeto, a existência de pedestres e as condições climáticas.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> <http://politiken.dk/ibyen/nyheder/kunst/ECE141712/kunstnerisk-legeplads-paa-noerrebro/>.

Neste projeto é valorizada a interação entre os artistas, o público e o espaço urbano. A arte apresenta-se como um meio para que o público participe ativamente no espaço urbano.

### **The Invisible Reality Show**



**Figura 7. The Invisible Reality Show.**

Fonte:

[http://helloearthlab08.blogspot.pt/2008/07/blog-post\\_02.html](http://helloearthlab08.blogspot.pt/2008/07/blog-post_02.html).

surpresa e humor os performers oferecem ao público um modo alternativo de observar, participar e testar. Este projeto pode ser encarado como uma performance interativa, uma experimentação social, uma investigação ou uma excursão visual (Oprea, 2007).

*The Invisible Reality Show* permite que a performance entre na mente do público através de experiências múltiplas, pessoais e exclusivas. Através de uma mistura de artes visuais, tipos de performances, experiências sensoriais, experiências cinestésicas, gravações e outros meios interativos, este projeto convoca os espetadores a transformar as suas perceções sobre o ambiente que os rodeia. Através de um passeio pela cidade é criado um diálogo com a envolvente e são trabalhadas, sem diferenciação, perceções reais e fictícias, tendo como resultados uma variedade de obras. Os criadores do projeto escolhem elementos para mostrar e criar situações que levem o espetador a observar o território e as suas trajetórias diárias de uma forma diferente. Esta é uma experiência que é mais rica se for solitária para que o espetador permaneça consciente do que está a experimentar sem ser afetado pelas experiências de outros. Uma das ideias que o projeto pretende transmitir é a de que existem muitas mais experiências na vida quotidiana do que as nossas perspetivas normalmente nos permitem ver (Strada Magazine, 2008).

### **Experimenting to co-create a new order**

O exemplo que se segue consiste numa experiência temporária cujo objetivo é explorar cenários futuros para a conceção de um projeto urbano em conjunto com a população local. Este exemplo pretende demonstrar o valor que as experiências temporárias, os eventos culturais e os debates podem ter no desenvolvimento do planeamento urbano.

O presente projeto, concretizado em outubro de 2007, partiu de uma ideia de um grupo local envolvido no projeto Agenda 21

Local de Østerbro (um dos distritos de Copenhaga). A ideia consistia em transformar a rua de Strandboulevarden num espaço ativo da cidade. A rua dispõe de seis vias de trânsito, duas para estacionamento e duas para cada um dos sentidos do trânsito. O grupo considerou que o tráfego automóvel poderia circular usando apenas uma via para cada sentido do trânsito. Assim sendo, foi formado um grupo de trabalho para desenvolver a ideia. O espaço livre da rua (cerca de 40.000 m<sup>2</sup>) foi dividido em quatro partes para albergar diferentes atmosferas e atividades: espaço para jardim, espaço para a vida na cidade, espaço para eventos e espaço para desporto. Esta divisão teve em conta o contexto envolvente da rua, ou seja, em áreas residenciais foram situados os espaços para jardins, em áreas com comércio foram pensados espaços para circular, próximo da escola de Design destina-se o espaço para a realização de eventos, e nos espaços amplos situam-se as atividades desportivas.

O conceito foi explicado através de um panfleto e distribuído pelos residentes locais e pelos políticos locais. A ideia recebeu a atenção do município de Copenhaga que aderiu ao conceito tornando-o parte do Festival do Ambiente 2007.

Deste modo, uma parte da rua ficou interdita à passagem do automóvel, foi colocada relva, areia, rampas para skates, mesas, cadeiras e tendas. A ideia consistia em convidar os moradores para se juntarem e usarem a estrada para jogar à bola, sentarem-se na relva, brincar na areia ou simplesmente dar um passeio num lugar onde o automóvel costuma estar presente e a alta velocidade.

Após algumas semanas o trânsito voltou a estar novamente na rua, visto que esta iniciativa tinha um carácter temporário. Os resultados refletiram-se no seguinte:



**Figura 8. Rua de Strandboulevarden durante a experiência temporária.**

Fonte: Metropolis 2007-2017.



- Estreitou-se as relações entre os residentes;
- Acendeu-se a discussão, na própria rua, com sentimentos de felicidade misturados com irritação;
- Intensificou-se o debate, na imprensa local, durante semanas.

Foram também recolhidas as seguintes opiniões sobre a iniciativa:

- “Iniciativa incrível;
- Experiência tráfego antidemocrática;
- A barreira deveria ser permanente;
- Crítica enorme devido aos lugares de estacionamento em falta;
- Experiência visionária na avenida;
- “Vamos discutir soluções”.

Em particular, durante a iniciativa, os 50 lugares para estacionamento em falta causaram frustração em Østerbro, onde a densidade de carros é elevada. Por outro lado as famílias ficaram entusiasmadas com a perspectiva de um espaço para lazer.

Um dos resultados mais importantes desta iniciativa foi a capacidade de despoletar o “combate”, ou seja, é um modo possível de iniciar os debates sobre o desenvolvimento da cidade. Considera-se ainda que o debate nunca se tornaria tão rico se não fosse esta experiência.



**Figura 9. Rua de Strandboulevarden.**

Fonte: Jornal Østerbro Avis.

Segundo o Jornal Østerbro Avis (maio de 2012)<sup>16</sup>, o município tenciona reestruturar Strandboulevarden para que se torne num parque verde, contudo o debate ainda se prende muito com a questão do estacionamento, que em falta, pode bloquear o acesso de pessoas à cidade.

Segundo o município os passeios largos e a faixa verde no meio da rua não estão a ser utilizados no seu máximo potencial. O técnico responsável pela área do ambiente do município refere que é importante garantir espaços verdes nesta área assim como estacionamento, mas antes de qualquer decisão, refere que, primeiro os cidadãos devem ser consultados. Assim sendo, o município organizou uma reunião para um domingo e

antes da reunião foi planeada uma caminhada pela rua que serviu para refletir sobre a sua história, pontos turísticos e recantos secretos.

<sup>16</sup> <http://dinby.dk/oesterbro-avis/plan-strandboulevarden-som-gadepark>.

## **5.2 Programa *Nuovi Committenti* (Torino, Itália)**

### **5.2.1 Enquadramento**

#### **A realidade do processo de planeamento**

Com a era industrial, a associação fértil entre a arte e o planeamento da cidade, que caracterizava muitas das cidades italianas no passado, colapsou. As disciplinas de arquitetura e planeamento urbano afastaram-se do campo das artes visuais tornando-se mais técnicas. Como consequência, as cidades cresceram com menor atenção à sua dimensão estética e dando preferência à funcionalidade dos edifícios. Apesar das necessidades básicas dos residentes terem sido levadas cada vez mais em conta, nenhuma oportunidade era-lhes dada no sentido de terem um papel ativo no processo de tomada de decisão. Logo após a Segunda Guerra Mundial, programas de reconstrução começaram a surgir pelo território italiano. Ao mesmo tempo, as autoridades locais e regionais começaram a prestar mais atenção ao facto de a arte ser um instrumento capaz de renovar a imagem das cidade e restaurar o sentimento de pertença da população. Em 1949 o governo italiano aprovou a lei 717 (a lei dos 2% para arte), ou seja, 2% dos custos totais investidos em novos edifícios ou em projetos de larga escala destinavam-se a criar obras de arte. Contudo existem algumas razões que suportam o insucesso da implementação desta lei. Depois desta regra, mais nenhuma medida foi tomada em prol da arte pública, contudo o governo nos anos 90 mostrou-se recetivo a programas e políticas que promovessem projetos artísticos (Salice, 2011).

#### **O papel das artes e da cultura**

Neste sistema normativo pouco claro, a maioria da arte pública produzida, especialmente aquela que expressa a natureza cívica da intervenção artística é criada fora das arenas institucionais graças à ação ativa da comunidade local, artistas e outros agentes.

Confrontados com processos e decisões resultantes de decisões *top-down*, os artistas e grupos coletivos tentam compreender as necessidades dos habitantes em termos de qualidade urbana, ao passo que as autoridades locais e regionais atuam como uma audiência passiva (Salice, 2011).



### **5.2.2 Descrição**

#### **A origem do projeto**

De acordo com a tradição da Fundação Adriano Olivetti, entidade privada instalada em Torino (Itália), em utilizar a arte como instrumento de intervenção social, desde 2001 esta Fundação tem promovido o Programa Nuovi Committenti (Novos Clientes).

Nuovi Committenti foi lançado por uma fundação em França com o nome Nouveaux Commanditaires, um programa dedicado às obras de arte no espaço público.

#### **As principais ideias**

Nuovi Committenti permite a qualquer entidade, pública ou privada, encomendar uma obra de arte refletindo um desejo coletivo de auto-representação ou um pedido para melhorar uma determinada área, através da combinação do esforço de três grupos: os cidadãos-protetores, o mediador cultural que interpreta as necessidades dos protetores, e o artista chamado para criar o trabalho final (Fundação Adriano Olivetti).

### **5.2.3 Objetivos e estratégias**

Através do Programa Nuovi Committenti, pretende-se que a arte contemporânea se torne num instrumento que lide de modo inovador com temas relacionados com a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana, com a integração social, e com a melhoria das condições de áreas e sítios em estado de degradação.

Pretende-se com este Programa desenvolver uma intervenção de arte pública com práticas sociais. O programa define as produções artísticas como possíveis fatores para a mudança social e promove a participação dos cidadãos na proteção e na produção das obras de arte. Estas obras são concebidas e instaladas no ambiente onde residem ou trabalham os protetores-cidadãos.

Segundo o Programa Nuovi Committenti, a arte pública atua como uma forma de resistência urbana à progressiva perda do significado público. A arte pública tem em atenção a construção do espaço público e concretiza o ideal da participação pública de artistas, residentes, agências públicas e órgãos financeiros públicos e privados. Assim, é cada vez mais uma forma concreta de ação na esfera pública e a sua natureza coletiva é definitivamente crescente.

Nuovi Committenti define a importância da arte pública na promoção da participação dos cidadãos, nos três seguintes níveis:

- Nível relacional:
  - Criação de novas relações sociais;
  - Criação de novos mundos e novos pontos de interação entre a cidade, os artistas e os cidadãos;
  - Crescente importância da colaboração e menor atenção à esfera privada.
- Nível de tomada de decisão:
  - Criação de instrumento para a inclusão social;
  - Criação de um novo método de mediação cultural entre o artista e os cidadãos-protetores;
  - Substituição da lógica da concepção de cima para baixo com uma ação de requalificação *bottom-up*;
  - Reforço da ideia de que desenhar um espaço não é suficiente para criar um lugar ou melhorar a situação das habitações;
  - Crescimento do sentido de responsabilização onde se vive e trabalha.
- Nível do contexto local:
  - Crescimento do sentimento de pertença pelos lugares;
  - Criação de um veículo que possibilita aos grupos minoritários apresentar a sua história (projeto desenvolvido em Torino com uma comunidade islâmica residente na cidade. A ideia consistia em dar voz à comunidade. Foi organizada uma performance no último dia do Ramadão que envolveu rezas nas praças. Esta foi a primeira vez que pessoas islâmicas puderam publicamente rezar em Torino);
  - Criação de um mecanismo para encorajar a participação dos cidadãos na concepção de um projeto de arte;
  - Identificação da arte e da cultura como fatores determinantes no desenho e requalificação de áreas urbanas.

“... more in general all participatory forms of public art and, indeed, art itself, can be the first step toward full citizenship” (Salice, 2011).

#### 5.2.4 Projeto/atividades

De seguida expõem-se alguns trabalhos de arte levados a cabo no âmbito do Programa:



Figura 10. Totipotent Architecture; Multiplayer; Aiuola Transatlantico; Massimo Bartolini's Laboratorio di Storia e Storie.

Fonte: <http://www.fondazioneadrianolivetti.it/> .

- **Totipotent Architecture:** foi projetado para responder às exigências dos estudantes de duas escolas secundárias locais, por um lugar confortável para reunir, fazer uma pausa, ler, conversar e encontrar um abrigo.
- **Multiplayer** (linguagem de jogos de vídeo): concebido para responder às exigências de um grupo de crianças e adolescentes residentes na *Via Poma* para terem acesso a uma área protegida acessível a todos, destinada para jogos de bola coletivos. A rede que circunda a área apresenta desenhos de dinossauros coloridos. Trata-se de um campo de jogos e ao mesmo tempo de uma obra de arte.
- **Aiuola Transatlantico:** trabalho realizado com um grupo de 10 habitantes na Via Scarselline, com o objetivo de criar um espaço para reuniões ao ar livre.
- **Massimo Bartolini's Laboratorio di Storia e Storie:** transformação de uma capela, fechada por motivos de degradação, num laboratório de histórias. Este espaço destina-se a ser utilizado por escolas e visitantes, o laboratório foi construído por um grupo de professores, como resultado do trabalho de investigação da memória da vizinhança.

### **5.3 Projeto Bando à Parte: Culturas Juvenis, Arte e Inserção Social (Coimbra, Portugal)**

#### **5.3.1 Enquadramento**

##### **A realidade do processo de planeamento**

Está neste momento a decorrer o processo de reabilitação urbana da cidade de Coimbra.

Segundo Ramos (2009), este processo tem como principais desígnios atrair novos moradores para a Baixa da cidade, assegurar atividades económicas de qualidade e preservar a história e o património edificado.

##### **O papel das artes e da cultura**

Neste processo o papel das artes e da cultura cinge-se a atrair para a Baixa de Coimbra atividades económicas ligadas a estes sectores, a par com as atividades turísticas, artesanato e comércio. O objetivo é alterar a imagem de abandono e degradação do centro histórico de modo a atrair novos habitantes, turistas e outros utentes.

#### **5.3.2 Descrição**

##### **A origem do projeto**



**Figura 11. Projeto Bando à Parte.**

Fonte: <http://www.oteatrao.com/projeto-pedagógico/bando-à-parte/>.

O Projeto “Bando à Parte: Culturas Juvenis, Arte e Inserção Social” é uma proposta de trabalho concretizada a partir do ano de 2011 pelo Teatrão, companhia profissional de teatro fundada em 1994, localizada na cidade de Coimbra. Este é um projeto que alia as vertentes sociais e de formação artística nas áreas da música, teatro e dança. Está previsto decorrer de maio de

2010 a outubro de 2011 na Oficina Municipal do Teatro, em Coimbra.

Segundo o Teatrão, este projeto teve origem na necessidade de desenvolver nos cidadãos e nos jovens um processo de interrogação e de reflexão sobre ações

positivas a ter na comunidade onde se inserem. O próprio nome “Bando à Parte” significa cidadãos excluídos por pensarem e por construírem pensamento sobre o mundo.

“E que por isso são excluídos, são marginais, são tolos, têm a mania, são chatos porque falam muito e porque gostam de outras coisas.” (Teatrão, [www.oteatrao.com](http://www.oteatrao.com)).

Este projeto teve como inspiração a obra de Godard, cineasta franco-suíço, vanguardista e polémico por trabalhar dilemas e perplexidades do século XX (wikipedia, 23 de outubro de 2012). O “Bando à Parte”, segundo o Teatrão, é um “projeto quase impossível, cada vez mais impossível, e por isso mesmo, de uma urgência tremenda.”

Durante a conceção do projeto, o Diagnóstico Social desenvolvido pela Rede Social de Coimbra foi analisado para perceber o que se tem feito ou pensado fazer com a população juvenil em risco ou em situação marginal.

### **As principais ideias**

Este projeto destina-se a jovens adolescentes, muitos deles em situação ou risco de exclusão social, focando-se essencialmente na promoção da liderança, na educação para a cidadania ativa e no empreendedorismo social.

Pretende contribuir para a criação de “cidadãos esclarecidos e com capacidade crítica, autónomos, com capacidade de ação individual e com uma ligação profunda com o espaço urbano e social que os rodeia, assim como com as suas diferenciadas pertenças culturais.”

### **5.3.3 Objetivos e estratégias**

Os principais objetivos do projeto consistem em, por um lado, criar uma “cultura de liderança cívica” para a conceção e implementação de “Projetos de Sociedade” que insiram “atividades artísticas como catalisador da mudança social”, e, por outro lado, revivificar a história cultural dos jovens por via da “promoção da interculturalidade e da reconciliação cultural com os espaços urbanos”.

O projeto apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Criar um grupo de jovens para posteriormente conceber e implementar “Projetos de Sociedade” através do uso de meios artísticos e culturais;
- Trabalhar a liderança cívica nos jovens;

- Desenvolver a relação com os espaços urbanos, os espaços naturais, os espaços de vivência e com o património construído;
- Promover a interculturalidade;
- Desenvolver competências artísticas;
- Criar oportunidades de voluntariado.

#### 5.3.4 Projetos/atividades



**Figura 12. Interchanging Art Worlds**

Fonte: <http://www.culturaonline.net> (31 de Março de 2010).

O Teatrão tem, desde o início do projeto, uma parceria com o Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra, através da qual, foi possível aceder a contactos de organizações, associações locais que apoiaram a divulgação do projeto nas diversas zonas de intervenção, nomeadamente nos bairros sociais. Através da mediação das organizações locais (juntas de freguesia, associações de moradores e projetos de

intervenção local) foi possível contactar diretamente com alguns grupos de jovens.

De assinalar a benéfica relação do Teatrão com as zonas de intervenção do projeto, pois foi parceiro em projetos que se desenrolaram nestes locais, como é caso do Projeto Trampolim (área da ocupação dos tempos livres) e o Projeto Gerações com Futuros (área do desenvolvimento de competências pessoais e sociais).

O projeto Bando à Parte conta já com um segundo ciclo, sendo que o primeiro decorreu entre 2010-2011. Neste novo ciclo estão a decorrer, no espaço do Teatrão, aulas de teatro e workshops.

Quanto a atividades realizadas fora do espaço do Teatrão, foram promovidos dois Laboratórios Artísticos Internacionais que decorreram no contexto da cidade de Coimbra para tentar explorar através dos meios artísticos a relação do espaço público com os cidadãos. Um dos Laboratórios, o Interchanging Art Worlds (IAW), decorreu durante as primeiras fases do projeto “Bando à Parte”. Este Laboratório proporcionou a primeira apresentação pública do projeto assim como a primeira oportunidade de repensar as questões da participação e da cidadania por meio da educação artística e do diálogo. O IAW decorreu em alguns pontos da cidade de Coimbra (Sé Velha, Pátio da Universidade, Jardim Botânico, Baixa de Coimbra) onde foram convidados outros

grupos de jovens provenientes da Holanda e Itália. Este laboratório tinha como objetivo explorar os diferentes espaços da cidade de Coimbra através da recolha de imagens, sons e sensações para posteriormente servirem para criar atuações teatrais na cidade.

Relativamente ao impacto do projeto Bando à Parte nos jovens, o Teatrão está no presente momento a iniciar um processo de entrevistas com os jovens dos primeiros e segundos ciclos do projeto para perceber as mudanças ocorridas.

## **5.4 Discussão dos resultados**

Quanto aos resultados que advêm dos exemplos práticos analisados no capítulo anterior, verifica-se ainda uma certa carência, no sentido em que, não foi possível obter de todos os responsáveis as informações de todos os projetos. Foi apenas possível obter contributos do Festival Metropolis e do Projeto “Bando à Parte”. Esta consideração ficará para um possível trabalho futuro de análise com mais ao pormenor sobre a realidade quer do contexto onde os projetos se inserem quer da natureza dos projetos. Apesar da informação disponibilizada não ter sido a suficiente para possibilitar uma comparação rica entre os exemplos práticos apresentados, ainda assim, é possível retirar deste exercício alguns resultados pertinentes.

No que respeita ao ambiente onde os projetos se inserem, este diverge consideravelmente entre os casos analisados. No entanto, é possível constatar semelhanças entre o Festival Metropolis e o Projeto Bando à Parte, pois ambos foram criados por uma companhia/grupo de teatro. Já no caso do Programa Nuovi Commitenti os promotores têm outro tipo de função, constituem uma entidade ligada igualmente à atividade cultural e também ligada à arte, arquitetura e urbanismo, com atividades ligadas à organização de workshops, reuniões e apresentações de projetos sobre estes temas.

A capacitação da população parece definir os princípios pelos quais se regem os três exemplos práticos analisados. No entanto, é difícil concluir sobre o exemplo que consegue atingir com mais sucesso este objetivo, visto que as abordagens são diferentes. No caso do Festival Metropolis a participação da população faz-se um pouco por via dos projetos que se vão realizando na Bienal, ou seja, o público é convidado a explorar a cidade e as novas formas de arte. Quanto ao Programa Nuovi Commitenti a participação da população é um elemento crucial ao desenrolar do processo, ou seja, o projeto não existia sem esta componente, ao passo que no Festival Metropolis esta componente não se encontra bem definida ou com resultados

visíveis. No Bando à Parte, os intervenientes do projeto são chamados a participar, contudo, os resultados desta iniciativa ainda estão por analisar, mas o que se espera é o despertar para uma cidadania ativa. As artes e a cultura na regeneração urbana têm funções muito diferentes nos três exemplos.

**Tabela 5. Vantagens e desvantagens de cada um dos exemplos práticos.**

<b>Vantagens</b>		
<b>Festival Metropolis</b>	<b>Programa Nuovi Commitenti</b>	<b>Projeto Bando à Parte</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promove a interdisciplinaridade;</li> <li>▪ Cria uma programação a longo prazo (10 anos);</li> <li>▪ Cria projetos relacionados em específico com a participação dos cidadãos;</li> <li>▪ Rompe com o planeamento cultural tradicional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oferece aos cidadãos um papel ativo;</li> <li>▪ Promove a responsabilidade social e a construção de relações;</li> <li>▪ Promove a construção de uma identidade comum entre a comunidade e o espaço urbano;</li> <li>▪ Promove a colaboração entre diferentes agentes urbanos (cidadãos, mediadores culturais e artistas);</li> <li>▪ Explora o papel da arte no âmbito da governança urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promove a formação artística;</li> <li>▪ Motiva os participantes a terem um papel mais ativo na sociedade;</li> <li>▪ Promove parcerias entre o sector cultural e o sector público e a população da área de intervenção;</li> <li>▪ Tem um público-alvo específico: jovens em situação de risco ou exclusão social.</li> </ul>
<b>Desvantagens</b>		
<b>Festival Metropolis</b>	<b>Programa Nuovi Commitenti</b>	<b>Projeto Bando à Parte</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiente apoio das autoridades ao nível local;</li> <li>▪ Insuficiente informação acerca das reais intenções do projeto;</li> <li>▪ Falta de visibilidade dos resultados alcançados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiente conexão do projeto com a prática corrente de planeamento das cidades italianas;</li> <li>▪ Dificuldade em decifrar o seu contributo real na regeneração dos espaços envolventes à obra de arte;</li> <li>▪ A obra de arte pode não resultar na melhoria da imagem da área onde se insere.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ No âmbito do processo de reabilitação urbana da cidade de Coimbra, a arte e a cultura são consideradas somente como atividades económicas que devem ser potenciadas;</li> <li>▪ Local de realização da formação ocorre geralmente fora da área de intervenção.</li> </ul>

Fonte: Apoio dos resultados dos questionários realizados junto das entidades promotoras.



## 6 Conclusões e recomendações

A realização deste trabalho procurou responder à seguinte pergunta de investigação:

Até que ponto pode a participação cívica, através de uma modalidade específica (as artes e a cultura), fomentar o escrutínio dos processos de regeneração urbana?

Neste seguimento, definiu-se como principal objetivo do trabalho analisar a evolução dos processos participativos e a sua importância no âmbito da regeneração urbana assim como analisar o papel da arte e da cultura neste contexto.

Para alcançar o objetivo geral, definiram-se como objetivos específicos analisar as limitações dos processos participativos em geral, as suas vantagens, os fatores que levam à necessidade de definir novas formas de participação, os contributos da integração dos domínios relacionados com a arte e a cultura, e por último apontar soluções que contribuam para uma maior eficácia dos mecanismos de participação em prol do desenvolvimento da regeneração urbana de forma integrada.

Quanto ao primeiro objetivo referente às limitações, a origem principal dessas limitações advém da complexidade inerente ao exercício de governar a cidade por via da ação coletiva, sendo uma dificuldade patente, mesmo nas sociedades mais evoluídas nesta matéria (Reino Unido, Dinamarca, etc.). Dada a complexidade da problemática, existem inúmeras limitações e obstáculos que até ao momento persistem em torno dos processos de participação:

**Tabela 6. Limitações/obstáculos dos processos de participação dos cidadãos.**

Aspetos	Limitações/obstáculos
<b>Conceitos e contextos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Diversidade de contextos territoriais;</li><li>▪ Diversidade de abordagens em torno do conceito de participação;</li><li>▪ Diversidade e complexidade de informação com que a sociedade se depara;</li><li>▪ Crescente divergência de interesses.</li></ul>
<b>Atribuição e distribuição de poder</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Insuficiente representatividade da comunidade num processo de participação;</li><li>▪ Diferença de poder da comunidade local (sem “poder real”) relativamente aos políticos e profissionais;</li><li>▪ O cidadão recusa esta responsabilização ou considera-se incapaz de assumir o poder de decisão.</li></ul>

<p><b>Capacitação da população</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficientes incentivos à capacitação da população em prol da construção partilhada de estratégias de desenvolvimento;</li> <li>▪ A capacitação dos cidadãos caracteriza-se por ser um processo demorado, pouco popular e com resultados pouco visíveis;</li> <li>▪ Dificuldades na participação dos cidadãos em assuntos ou estratégias genéricas de regeneração;</li> <li>▪ Ao pretender-se fomentar os laços entre uma comunidade poder-se-á estar a criar o aumento de comportamentos prejudiciais, afetando a coesão social.</li> </ul>
<p><b>Formas de controlo e tomada de decisão</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “A participação ainda está muito sob controlo do Estado” sendo difícil aos cidadãos intervirem nos momentos de tomada de decisão;</li> <li>▪ Falta de clareza e abertura do governo nacional quanto à relação entre a participação dos cidadãos e outras áreas de atividade do governo local.</li> </ul>
<p><b>Métodos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pouca visibilidade dos efeitos das “parcerias” como metodologia de envolvimento de indivíduos, comunidade e organizações. As parcerias, pelo seu carácter formal, são consideradas como inibidores à participação dos cidadãos;</li> <li>▪ Insuficiente conhecimento sobre as motivações, aspirações e formas de trabalhar das parcerias intersectoriais e a posição da comunidade local, nessas estruturas, é considerado marginal;</li> <li>▪ Datas limite de entrega das propostas de regeneração urbana não deixam margem para a consulta à comunidade;</li> <li>▪ Existência de pontos de vista conflitantes, e a chegada de um consenso no processo de participação é visto também como um problema;</li> <li>▪ Participação incluída mais a jusante de um processo de planeamento.</li> </ul>

Fonte: Jacinto (2005); Dargan, (2009); Ferrão (2010); Gomes (2007); Crespo (2004); Seixas (2008); Pereira (2008); Fernandes (2007); Chamusca (2009); Chamusca (2010); Alves (2001); Maier (2001); Hamid (2010).

Outros obstáculos referem-se à perceção sobre a participação dos cidadãos como meio para cumprir somente as regras de financiamento, assim como, associam-se benefícios hipotéticos do seu contributo em termos de qualidade, eficiência e sustentabilidade dos projetos. A insuficiente participação dos cidadãos é também atribuída aos procedimentos políticos formais e aos processos de planeamento tradicionais.

Apesar deste conjunto de limitações/obstáculos, existem também vantagens em apostar na participação dos cidadãos:

**Tabela 7. Vantagens dos processos de participação dos cidadãos.**

<b>Aspetos</b>	<b>Vantagens</b>
<b>Distribuição de poder</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Meio de redistribuição de poder pelos indivíduos.</li> </ul>
<b>Formas de controlo e tomada de decisão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Meio para legitimar os processos de tomada de decisão.</li> </ul>
<b>Métodos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilidade de associar projetos de diversas entidades com relevância para a qualidade do processo de regeneração urbana de um determinado território;</li> <li>▪ Construção de relações de trabalho em cooperação;</li> <li>▪ Partilha de problemas de forma coletiva;</li> <li>▪ Procura de um planeamento responsivo;</li> <li>▪ Construção de propostas e conhecimento informal.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento social e urbano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilidade de todos os atores envolvidos serem “agentes da mudança, reforçando a sua identidade com o espaço de pertença”;</li> <li>▪ Aumento do capital social necessário para o êxito das políticas de desenvolvimento urbano;</li> <li>▪ Promoção da coesão social;</li> <li>▪ Respeito pelos direitos dos cidadãos no que respeita à sua influência nas decisões que os afetam;</li> <li>▪ Prolongamento dos efeitos das intervenções;</li> <li>▪ Criação de cidades criativas.</li> </ul>

Fonte: Arnstein (1969); Ferrão (2010); Garcia (2006); Chamusca (2010); Sasaki (2010); Pires (1991); Jacinto (2001).

Historicamente, a participação dos cidadãos revelou-se ser um fator chave na conceção e implementação de políticas urbanas. O atual contexto revela ser necessário criar novas formas de participação. Na tabela seguinte são apresentados alguns fatores que determinaram essa necessidade:

**Tabela 8. Fatores que determinam a criação de novas formas de participação (oportunidades).**

Fatores que determinam a criação de novas formas de participação
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiente capacidade de mobilizar os cidadãos e garantir a integração dos interesses da população através da utilização de métodos e metodologias tradicionais de planeamento e os métodos de participação formais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessidade de um maior desenvolvimento económico, e procura pela preservação das identidades culturais, sociais e ambientais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alteração do papel do Estado que passa a valorizar as relações com o capital social do território;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mudança na relação entre os cidadãos e a cidade;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O surgimento dos princípios de governança territorial ligados à participação dos cidadãos e ao envolvimento dos atores urbanos, aos quais o Polis XXI se associou;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Procura de meios que facilitem a gestão das instituições que governam a cidade;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessidade de aproximar os (legítimos) anseios das populações aos centros de decisão.</li> </ul>

Fonte: Chamusca (2010); Seixas (2008); Caaffe, Healy (2003); Lever (2011).

O domínio das artes e da cultura teve desde sempre, uma relação com o planeamento da cidade. Umas vezes mais intensa, outras menos e com diferenças de ordem estética, social e económica.

Como principais contributos da arte e da cultura para o desenvolvimento de uma regeneração urbana integrada, constata-se a existência dos seguintes:

**Tabela 9. Contributos das artes e da cultura.**

Aspetos	Contributos das artes e da cultura
<b>Capacitação da população</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “ ... a identidade local (especialmente cultural) assume considerável importância ao nível da «formação de uma democracia participativa» (Vilaça, 1994)”;</li> <li>▪ Desenvolvimento de competências e capacidades essenciais ao desenvolvimento humano;</li> <li>▪ A linguagem rica e experimental das artes e cultura pode desempenhar um importante papel, pois torna-nos conscientes da nossa forma de interação;</li> </ul>
<b>Benefícios sociais, culturais e urbanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção da revitalização social;</li> <li>▪ Ampliação da identidade da cidade e o sentimento de pertença comum em diferentes comunidades;</li> <li>▪ Desenvolvimento da criatividade, das competências e do talento das pessoas;</li> <li>▪ Criação de cidades vitais e vibrantes;</li> <li>▪ Melhoria “da qualidade de vida dos cidadãos e a sua relação com o espaço urbano. ” (Salice, 2011);</li> <li>▪ Redução de problemas de exclusão social;</li> <li>▪ Melhoria da imagem local;</li> <li>▪ Promoção dos interesses pelo ambiente local;</li> <li>▪ Construção de parcerias entre o setor público e o setor privado;</li> <li>▪ Criação de capacidade organizacional e exploração de visões para o futuro;</li> <li>▪ Reforço da competitividade e da coesão do território;</li> <li>▪ Atração de novos investidores e visitantes e aumento do nível de confiança dos atores locais;</li> <li>▪ Construção de novas formas de democracia participativa e de regeneração urbana;</li> </ul>
<b>Métodos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção do diálogo entre o urbano e a vida quotidiana;</li> <li>▪ Construção de uma linguagem mais próxima das preocupações da população, misturando técnica e a sensibilidade social (Salice, 2011);</li> <li>▪ Mobilização das pessoas e dos grupos em torno de projetos de desenvolvimento comunitário;</li> </ul>

Fonte: Queirós (2007); Vilaça (1994); Salice (2011); Jacinto (2001); Miron, (2009).

Evans (2008) refere que: “(...) As cidades que usaram a cultura (...) são celebradas e vistas não apenas como modelos bem-sucedidos de regeneração de base cultural, mas também de regeneração urbana em geral.”

Como principais recomendações para a integração efetiva da participação dos cidadãos em projetos de regeneração urbana, sugerem-se as seguintes:

**Tabela 10. Recomendações.**

<b>Aspetos</b>	<b>Recomendações</b>
<b>Capacitação da população</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apostar na formação cívica;</li> <li>▪ Apostar na criatividade, na busca de modelos colaborativos;</li> </ul>
<b>Formas de controlo e tomada de decisão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver formas de autocontrolo, através da produção de estratégias de responsabilização a nível individual, da comunidade e das organizações;</li> <li>▪ Promover a liderança política;</li> <li>▪ Identificar a visão da comunidade no início de um processo participativo;</li> <li>▪ Definir a visão futura do local em conjunto com a comunidade;</li> <li>▪ Ter em atenção as reações às mudanças que afetam a relação de trabalho entre os participantes;</li> </ul>
<b>Métodos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apostar no trabalho em colaboração e parceria;</li> <li>▪ Colocar no centro das parcerias, os sectores público e privado, as associações e as comunidades locais;</li> <li>▪ Redefinir o papel da comunidade, os métodos e processos de planeamento, e o papel das autoridades locais e dos planeadores;</li> <li>▪ Apostar na participação mais a montante dos processos;</li> <li>▪ Informar e incentivar os cidadãos para que estes possam participar, e por outro lado, reconhecer e valorizar as opiniões e interesses dos cidadãos;</li> <li>▪ Construir formas de ação coletiva e formas de gestão institucional que possam reconhecer a riqueza cultural, humana e relacional da vida social;</li> <li>▪ Aprofundar novas formas de participação e de corresponsabilização de todos os envolvidos inclusive da sociedade civil;</li> <li>▪ Apostar no uso de metodologias de participação “mais descentralizadas” para representar a diversidade e complexidade da</li> </ul>

	<p>sociedade atual e complementar a democracia representativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantamento dos problemas que preocupam a comunidade;</li> <li>▪ Realização de ações explicativas dos processos de planeamento;</li> <li>▪ Envolvimento contínuo da população durante a execução do programa de ação;</li> <li>▪ Avaliação do processo tendo em conta o nível de confiança da população na sua execução;</li> <li>▪ Potenciar a participação dos grupos já existentes na sociedade;</li> <li>▪ Criar mecanismos capazes de uma verdadeira inclusão social;</li> <li>▪ Produzir o conhecimento sobre o território de modo a que todos os interessados possam ter acesso.</li> </ul>
--	---

Fonte: Gomes (2007); Seixas (2008); Subirats (2003); Jouve (2004); Jacinto (2005); Correia (2005); Ferrão (2010); Comissão Europeia (2011); Lever (2011); Jacinto (2001).

A regeneração urbana define-se como uma ação que lida com a resolução de problemas urbanos, económicos, sociais, físicos e ambientais da área alvo de intervenção, ou seja, potencia soluções integradas para o território. Tem como método preferencial a intervenção em áreas deprimidas envolvendo os residentes no planeamento e implementação dos processos com o apoio de algum tipo de parceria local incluindo o setor público, privado, a comunidade e o setor voluntário. A regeneração urbana integrada assegura a participação dos cidadãos e o envolvimento de agentes locais na construção de modelos sustentáveis e inclusivos (EU, 2011). Realça os processos de mobilização de agentes públicos e privados e a diversidade de modelos de parcerias. No âmbito da agenda europeia de transformação das políticas de regeneração urbana em torno de áreas urbanas degradadas, a participação dos cidadãos é vista como um ponto de vantagem inovador que serve de inspiração para a gestão deste tipo de política.

No que respeita ao instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana, este é visto como um veículo que potencia a cultura e a participação cívica na revitalização integrada dos espaços.

No que respeita à participação dos cidadãos, esta é, nos exemplos práticos analisados, uma realidade que parece merecer importância no trabalho desenvolvido pelo sector artístico e cultural (companhias/grupos de teatro e instituições culturais). Seria importante elaborar um estudo sobre o a importância do meio urbano nas atividades desenvolvidas em contextos culturais e artísticos.

A utilização da arte e da cultura parece constituir um possível caminho na melhoria dos métodos de participação utilizados no processo de regeneração urbana. Contudo, mesmo na realidade de Copenhaga, cidade com uma enorme cultura de planeamento, este caminho não se encontra totalmente aceite, no sentido em que, as atividades artísticas e culturais têm maior visibilidade como meios para entreter e animar a população do que para promover o desenvolvimento urbano.

No que respeita à realidade portuguesa, em contexto de regeneração urbana foram desenvolvidos vários projetos no âmbito do instrumento PRU. Contudo, em 2011, este instrumento foi revogado para dar lugar ao novo Regulamento Específico para a Reabilitação Urbana. Esta medida foi tomada para se avançar com mais rapidez na execução dos programas de regeneração urbana. Ainda é difícil saber os resultados reais desta medida, contudo, neste novo regulamento, foram abandonados os modelos de intervenção em colaboração e parceria (Fidalgo, 2012).

Segundo Martins (2011), a crise económica veio “reforçar ainda mais a importância de se perceberem bem os problemas locais”, e nesta escassez de recursos, é importante apostar em “estratégias integradas, potenciadoras de inovação social e capazes de articular os interesses, frequentemente conflituais, dos diversos atores urbanos”.

Segundo o Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), “a Regeneração Urbana constitui uma oportunidade de investimento multidisciplinar, envolvendo vários agentes e valências” (Maio de 2012)<sup>17</sup>. “Refiro-me especificamente a Regeneração Urbana e não apenas a Reabilitação, pois considero que regenerar é mais do que simplesmente reabilitar edifícios, é, entre outros fatores, dar uma vida nova às cidades e dinamizar o comércio de proximidade e o turismo”. (Presidente da CIP, 2012).

No setor da reabilitação o Governo de Portugal pretende:

- “simplificar os processos de criação de áreas de reabilitação urbana”;
- “regulamentar as reabilitações em edifícios mais antigos”. (2012)

Ainda no âmbito do relatório do Governo de Portugal, nas “... novidades em matéria de reabilitação urbana e arrendamento” (maio de 2012), não existe qualquer indicação da necessidade de se apostar em abordagens integradas de colaboração e parceria. Os objetivos nesta matéria passam pela celeridade que é necessário incutir nos processos de reabilitação urbana, na eliminação de constrangimentos (facilitar a

---

<sup>17</sup> Seminário “CIP – FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA – UM NOVO PASSO” 16 de Abril de 2012. Intervenção do Presidente da CIP. Disponível em: [http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Concursos\\_Avisos/20120416\\_Intervencao\\_PresidenteCIP.pdf](http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Concursos_Avisos/20120416_Intervencao_PresidenteCIP.pdf).



criação de áreas de reabilitação urbana), na promoção de investimento particular e na conjugação da reabilitação urbana com o arrendamento urbano.

Face ao panorama nacional da regeneração urbana, algumas recomendações passam pelo tratamento do assunto da regeneração urbana como algo que integra a reabilitação urbana juntamente com o desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural. Todos estes níveis devem ter associados uma participação ativa da população e de todos os agentes interessados. É premente a necessidade de desenvolver mecanismos de participação como apoio à condução dos processos de regeneração urbana. Segundo a Comissão Europeia (2012) “os fundos da política de coesão continuarão a apoiar investimentos nos setores culturais e criativos, de modo a maximizar o contributo da cultura para o desenvolvimento local e regional, a regeneração urbana, o desenvolvimento rural, a empregabilidade e a inclusão social.” E tendo em conta as recomendações da Comissão Europeia (2012), é necessário apoiar os setores culturais e artísticos para maximizar a regeneração urbana.



## 7 Bibliografia

Alves, S. (2001) Planeamento Colaborativo em contexto de regeneração urbana. Tese de mestrado no âmbito do Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano. FEUP.

Arnstein, Sherry R. "A Ladder of Citizen Participation," JAIP, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224.

Bastos, A. M. (2002). Governança Urbana: uma reflexão sobre a Participação do Público nos instrumentos de planeamento local. Tese final da pós-graduação em Políticas Sociais Locais, do Instituto Sócrates, frequentada em 2002.

Boateng, I. and Moobela, C (2008) Sustainable Participatory Approaches in Urban Regeneration Processes: from Portsmouth Harbour and Inner-City Hulme, Manchester: Proceedings of the Federation of International Surveyors Working Week 2008- Integrating Generations, TS 1B, Stockholm, 14-19 June. Disponível em: [http://www.fig.net/pub/fig2008/papers/ts01b/ts01b\\_03\\_boateng\\_moobela\\_3049.pdf](http://www.fig.net/pub/fig2008/papers/ts01b/ts01b_03_boateng_moobela_3049.pdf) [17/08/2012].

Brisotto, T. (2010). Aprender a participar? Os efeitos da disciplina de ciência política. Mestrado em Ciência Política. Disponível em: <http://ria.ua.pt/handle/10773/3998> [17/08/2012].

Campos, V. (2005). A Construção da Noção de Cidadania em Livros Didáticos de História de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental I. Dissertação de mestrado na Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Cars, G.; Martinson, L.; Isaksson, K. (2005). Culture and Urban Development: Case of Stockholm, Sweden. Jahangirnagar Planning Review. Vol. 3, June 2005, pp. 5-18, © Jahangirnagar University. Disponível em: <http://www.bdresearch.org/home/attachments/article/389/Culture%20and%20Urban%20Development.pdf>.

Carvalho, Cláudia P. (2008). Cidadania, Arte e Espaço Urbano: Modelos de Revitalização Urbana e Envolvimento Comunitário. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: saberes e práticas. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. 25 a 28 de junho.

Castro, P. e Batel, S. (2007). Técnico e cidadão, eis a questão: Um caso de participação pública no espaço urbano. Psicologia, vol.21, no.2, p.99-117. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/psi/v21n2/v21n2a07.pdf>.

Cecilie Sachs Olsen (2012): Re-thinking festivals: a comparative study of the integration/marginalization of arts festivals in the urban regimes of Manchester, Copenhagen and Vienna, *International Journal of Cultural Policy*, DOI:10.1080/10286632.2012.661420. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1080/10286632.2012.661420>.

Chamusca P. (2010). Governância e participação: entre a legitimação dos processos de gestão territorial e o agravar das divisões e da subordinação. *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP* | 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8281.pdf> [17/08/2012].

Comissão Europeia (2011). Política Regional. Cidades do Futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro. Disponível em:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citie\\_softomorrow\\_summary\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citie_softomorrow_summary_pt.pdf).

Comissão Europeia (2012). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Promover os setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na EU. Disponível em:

[http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/documents/com537\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/documents/com537_pt.pdf).

Colantonio, A. and Dixon T. (2009). *Measuring Socially Sustainable Urban Regeneration in Europe*. Oxford Institute for Sustainable Development (OISD) . School of the Built Environment. Oxford Brookes University.

Confederação Empresarial de Portugal (CIP) (2011) “Fazer acontecer a regeneração urbana. Propostas”. Disponível em:

[http://www.cip.org.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/cip/documentos/c\\_entrodocumentacao/Regenera%C3%A7%C3%A3o%20Urbana/CIP%20-%20FAZER%20ACONTECER%20A%20REGENERACAO%20URBANA.pdf](http://www.cip.org.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/cip/documentos/c_entrodocumentacao/Regenera%C3%A7%C3%A3o%20Urbana/CIP%20-%20FAZER%20ACONTECER%20A%20REGENERACAO%20URBANA.pdf) [17/08/2012].

Correia, P. V. D. (2005). *Governança do Território – Documento de Enquadramento Preliminar*. Norte 2015. Grupo de Prospetiva: O território. Atelier Temático: Governança do Território.

Crespo, J. L. (2004). *A Participação Pública no Sistema de Gestão Territorial à Escala Municipal*. V Congresso de Geografia Portuguesa. Guimarães.

Dargan, L. (2009). Participation and Local Urban Regeneration: The Case of the New Deal for Communities (NDC) in the UK, *Regional studies*, 43:2, 305-317. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00343400701654244>. [17/08/2012].

Darlow, A. (1996): Cultural Policy and Urban Sustainability: Making a missing link?, *Planning Practice & Research*, 11:3, 291-302. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02697459616861>.

DGOTDU 6/2011 Documento Técnico “Contributo da DGOTDU para o 2º Relatório Bienal da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável”. Maio de 2011.

Evans, G. and Foord, Jo (2008) 'Cultural mapping and sustainable communities: planning for the arts revisited', *Cultural Trends*, 17:2, 65 — 96. Disponível em: [http://www.citiesinstitute.org/library/r47111\\_3.pdf](http://www.citiesinstitute.org/library/r47111_3.pdf).

Evans G., & Shaw P. (2006) Literature Review: Culture and Regeneration. Arts Research Digest, issue 37 summer.

Feio, P. A.; Chorincas, J. (2009). Governação Territorial e Inovação das Políticas Públicas. Departamento de Prospetiva e Planeamento, Vol.16. Disponível em: [http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3108/Governacao\\_Territorial.pdf](http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3108/Governacao_Territorial.pdf) [17/08/2012].

Ferrão, J. (2010) Governança e Ordenamento do Território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática”. In: *Prospetiva e Planeamento*, vol. 17, p. 129-139. Disponível em: [http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3211/Governanca\\_Ordenamento.pdf](http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3211/Governanca_Ordenamento.pdf) [17/08/2012].

Ferreira (1989) Atenas, uma democracia? Conferencia realizada na Faculdade de Letras do Porto.

Ferreira, C. (2010) “Cultura e Regeneração Urbana: Novas e Velhas Agendas da Política Cultural para as Cidades” Revista TOMO, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe Nº 1 (1998). São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 16 jan./jun. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Revista-TOMO-n-161-Universidade-de-Sergipe.pdf>. [17/08/2012].

Fidalgo, A. V. (2012) As parcerias para a regeneração urbana – Uma análise comparativa. Mestrado em Engenharia do Ambiente, Perfil de Ordenamento do Território e Avaliação de Impactes Ambientais. Disponível em: [http://run.unl.pt/bitstream/10362/7562/1/Fidalgo\\_2012.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/7562/1/Fidalgo_2012.pdf) [17/08/2012].

Filho, J. T. de O. (2009). A participação popular no planejamento urbano: A experiência do plano diretor de Porto Alegre. Curso de Doutorado do \*Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura.

Graaf, P. F. van der (2009). Out of place? Emotional ties to the neighbourhood in urban renewal in the Netherlands and the United Kingdom. Faculty of Social and Behavioural Sciences. XV, 313. Disponível em: <http://dare.uva.nl/record/294542> [26.08.2012].

García, B. (2004). "Cultural Policy and Urban Regeneration in Western European Cities: Lessons from Experience, Prospects for the Future". Articles. Local Economy. Vol. 19, No. 4, 312–326.

Garcia, M. da G. (2011). A Tripla Cidadania. Academia das Ciências de Lisboa. Instituto de Estudos Académicos Para Seniores. 2º Ano – Ciclo de Conferências: Portugal e a Europa.

Garcia, M. (2006). "Citizenship practices and urban governance in European cities." Urban Studies, 43(4), 745 – 765.

Gomes, A. (2007). Democracia Participativa e planeamento do território – Análise da 'participação pública' no caso Português. Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Disponível em: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/Default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=3955&state=FD> [17/08/2012].

Guerra, Paula, Quintela, Pedro (2007). A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade. First International Conference of Young Urban Researchers CIES – Centre for Research and Studies in Sociology. Lisbon, 11 th -12 th June 2007.

Guerreiro. M. M., O Papel da Cultura na Gestão da Marca das Cidades. VI Congresso Português de Sociologia. junho de 2008. Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/191.pdf> [17-08-2012].

Guzzi, A. A. (2006). Participação Pública, Comunicação e Inclusão Digital. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo. Disponível em:

[http://culturadigital.br/movimento/files/2011/09/Drica-Guzzi-Dissertacao\\_-\\_Mestrado\\_-\\_Participacao\\_Publica\\_Comunica%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Inclusao\\_Digital47197427.pdf](http://culturadigital.br/movimento/files/2011/09/Drica-Guzzi-Dissertacao_-_Mestrado_-_Participacao_Publica_Comunica%C3%A7%C3%A3o_e_Inclusao_Digital47197427.pdf)  
f.

Hamid, M. (2010) "Citizen Participation in Urban Planning and Management – The case of Iran, Shiraz City, Saadi Community, Ph.D. Work.

Harouel, Jean-Louis (1990). História do urbanismo. 4.ed em 2004. Tradução: Ivone Salgado. Papirus, São Paulo. Disponível em:  
[http://www.fep.up.pt/disciplinas/PGI924/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Urbanismo.pdf](http://www.fep.up.pt/disciplinas/PGI924/Hist%C3%B3ria_do_Urbanismo.pdf).

Haus, M.; Klausen, J., E., (2010) "Urban Leadership and Community Involvement: Ingredients for Good Governance?" Norwegian Institute for Urban and Regional Research, Oslo, NORWAY.

Holden, J. (2004) "Capturing Cultural Value - How culture has become a tool of government policy". Demos (<http://www.demos.co.uk/>), London. Disponível em:  
<http://www.demos.co.uk/files/CapturingCulturalValue.pdf>.

Jacinto, J. (2005) "Cidadania, Urbanismo e Democracia: A participação pública nas decisões político-administrativas". Educação & Cidadania, N.º 8, pp. 135-181. Disponível em: [http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/302/1/n8\\_art9.pdf](http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/302/1/n8_art9.pdf) [17/08/2012].

Jacinto J. (2001) "Participação pública e comunicação política no espaço democrático municipal". Escola Superior de Educação de Leiria. Disponível em: <http://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/244>.

Jornal Oficial da União Europeia (2010). Parecer do Comité das Regiões sobre «O papel da regeneração urbana para o futuro do desenvolvimento urbano na Europa».

Landry C., Greene L., Matarasso F., Bianchini F. (1996). The Art of Regeneration. Urban Renewal through Cultural Activity. Comedia. Disponível em: <http://www.combined-arts.com/wp-content/uploads/2012/07/indonesia-charleslandry-artofregeneration.pdf>. [17/08/2012].

Lever, John (2011) Urban Regeneration Partnerships: A Figurational Critique of Governmentality Theory ,Governmentality Theory, Cardiff University, UK.

Mamede, L.; Tavares, A. F. (2010). O Programa Polis no Processo de Governação Urbana – Estudo de Caso: Portugal. 4.º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. 6 a 8 de outubro de 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper57.pdf>.

Marques, R. “A política de Aristóteles”. Instituto Politécnico de Santarém. Escola Superior de Educação. Disponível em: <http://www.eses.pt/usr/ramiro/index.htm>.

Martins, I., C., G. (2011). Os territórios da qualidade de vida no Porto. Uma avaliação das disparidades intra-urbanas. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Doutoramento em Geografia Humana. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57333/2/TESEDOUTISABELMARTINS000147396.pdf>.

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento. Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente. Aprovação do Regulamento Específico “Reabilitação Urbana”. Deliberação aprovada por consulta escrita em 16 de Junho de 2011. Disponível em: [www.qren.pt/download.php?id=2108](http://www.qren.pt/download.php?id=2108). [17/08/2012].

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (2008). Portugal Política de Cidades POLIS XXI 2007-2013. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf> [17/08/2012].

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. Política de Cidades POLIS XXI. Disponível em: <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200710/POLISXXI.pdf> [17/08/2012].

Ministério da Cultura (2011) Guia de Apoios à cultura e criatividade. Lisboa. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046889.pdf> [17-08-2012].

Melo, L., Santos, E. (2011). A participação do cidadão no processo administrativo: corolário do estado democrático de direito. Publicado in Diritto brasiliano.

Monteiro, S. (2009). Mudanças recentes nos processos de governança territorial em Portugal. Finisterra, XLIV, 88, 2009, pp. 165-173.

Morera, C. (2005). Leituras Comparativas sobre Cidadania e a Participação das Mulheres no OP do estado do RS. Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire” Ano 1 – Nº 1 – Julho. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/562.pdf>.

Miron, M. (2009). THE ROLE AND MISSION OF ARTS IN SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT. Arts in public spaces and citizens participation in the development of new European cities such as Bucharest. Belgrade, September 2009.



Muir, J. (2003). The representation of local interests in area-based urban regeneration programmes. Paper for the Housing Studies Association Conference. University of Bristol.

Muir, J.; Rhodes M. L. (2007) "Vision and Reality: Community Involvement in Irish Urban Regeneration", Workshop 5 - Poverty neighbourhoods, Internacional Conference Sustainable Urban Areas, Rotterdam 2007. Disponível em: [http://www.enhr2007rotterdam.nl/documents/W05\\_paper\\_Muir\\_Rhodes.pdf](http://www.enhr2007rotterdam.nl/documents/W05_paper_Muir_Rhodes.pdf) [17/08/2012].

Oprea, C. (2007). Interdisciplinarity in arts and new cultural spaces. University of arts in Belgrade. Master thesis in Interdisciplinary postgraduated studies Cultural management and cultural policy. Disponível em: [http://www.academia.edu/1437973/Interdisciplinarity\\_in\\_arts\\_and\\_new\\_cultural\\_spaces](http://www.academia.edu/1437973/Interdisciplinarity_in_arts_and_new_cultural_spaces).

Parecer do Comité das Regiões sobre «O papel da regeneração urbana para o futuro do desenvolvimento urbano na Europa» (2010/C 267/07). Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:267:0025:0032:PT:PDF>. [17/08/2012].

Parés, M.; Bonet-Martí J. and Martí-Costa, M. (2011) Does Participation Really Matter in Urban Regeneration Policies? Exploring Governance Networks in Catalonia (Spain) Urban Affairs Review.

Pereira, C. M. P. (2008). Estratégias de Regeneração Urbana. O posicionamento do novo modelo de ação da Baixa do Porto. Relatório de Projecto submetido para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Engenharia Civil — especialização em planeamento. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/58659/2/Texto%20integral.pdf>.

Pestana, C.; Pinto Leite, J.; Marques, N. (2009) — O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana, Congresso Redes e Desenvolvimento Regional, UniPiaget, Cidade da Praia, Cabo Verde, 6 a 11 de julho, Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2017/292A.pdf> [17/08/2012].

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOP). Relatório. Anexo à Lei nº57/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Plano Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, rectificado pela declaração nº80-A, de 7 de Setembro de 2007. Disponível em: [http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT\\_Relatorio.pdf](http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_Relatorio.pdf).

Purdue, D., Razzaque, K., Hambleton, R. and Stewart, M with Huxham, C. and Vangen, S. (2000) Community Leadership in Area Regeneration. Policy Press: Bristol. Disponível em: <http://www.jrf.org.uk/system/files/jr080-community-leadership-regeneration.pdf> [17/08/2012].

Queirós, J. (2007). O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto. Versão portuguesa da comunicação apresentada pelo autor na First International Conference of Young Urban Researchers (Lisboa, ISCTE, 11 e 12 de junho de 2007), intitulada “The role of culture in urban regeneration policies: research notes drawn from Porto’s case”.

Ramos, A. (2009). Os custos do desenvolvimento sustentável para a engenharia, arquitectura e construção nos processos de reabilitação. Departamento de Engenharia Civil. Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra.

Reis, A. C. F. (2009). Cidades Criativas, Turismo Cultural e Regeneração Urbana. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/ana-carla-fonseca-cidades-criativas.pdf> [17-08-2012].

Ritt, C. F. (2007). Violência doméstica e familiar contra o idoso: o município e a implementação das políticas públicas previstas no estatuto do idoso. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Programa de pós-graduação em direito - mestrado área de concentração em direitos sociais e políticas públicas. Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social. Disponível em:

[http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/direito/dissertacoes/2007/caroline\\_ritt.pdf](http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/direito/dissertacoes/2007/caroline_ritt.pdf).

Robinson, F., Shaw, K. & Davidso, G. (2005) ‘On the Side of the Angels’: Community Involvement in the Governance of Neighbourhood Renewal. \*St Chad’s College, University of Durham, Sustainable Cities Research Institute at Northumbria University.

Salice, S. M. (2011). Art contribution to cities’ transformation. The role of Public Art management in Italy. ENCATC JOURNAL OF CULTURAL MANAGEMENT AND POLICY. Vol 1 - Issue 1 - December 2011. University of Cattolica del Sacro Cuore, Italy. Disponível em:

[http://www.encatc.org/pages/fileadmin/user\\_upload/Journal/JOURNAL\\_ART\\_SALICE\\_2011.pdf](http://www.encatc.org/pages/fileadmin/user_upload/Journal/JOURNAL_ART_SALICE_2011.pdf).

Santos, H. (2007) A cultura, o teatro e a cidade: dilemas de (in)visibilidades. Universidade do Porto Faculdade de Economia e CETAC.media. Artigo apresentado no IX Congresso Espanhol de Sociologia, Barcelona.

Sasaki, M. (2010). Urban Regeneration through cultural creativity and social inclusion: Rethinking creative city theory through a Japanese case study. Osaka City University. Japan. Journal Elsevier.

Strada Le Magazine de La Création Hors Les Murs. N.º 9. 2008. Circostrada Network. Disponível em: [http://www.horslesmurs.fr/plugins/fckeditor/userfiles/file/Editions/stradda%20pdf/circost rada3\\_gb.pdf](http://www.horslesmurs.fr/plugins/fckeditor/userfiles/file/Editions/stradda%20pdf/circost rada3_gb.pdf).

Seixas, J. (2008) Interpretar a Governação Urbana Contemporânea. Novas perspectivas para a política na cidade in Revista Geocrítica Scripta Nova, Universidade de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/52.htm>.

Silva, F. (1996). “Case Study: O prolongamento da Av. Estados Unidos da América” - “Participação Pública e Planeamento” Seminário realizado no auditório da FLAD em 27 e 28 de junho. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Teixeira, I. R. E. (2008). Participação dos cidadãos na vida política social: o contributo da comunicação pública. Mestre em Ciências da Educação. Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Vázquez, I. B.; Conceição, P.; Fernandes, R. (2009). Partnership Diversity and Governance Culture: Evidence from Urban Regeneration Policies in Portugal. Urban Studies. 46(10) 2213-2238.